



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 053/054

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Dobrandino da Silva</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Cida Borghetti</i>
<i>PT</i> .....	<i>Tadeu Veneri</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Waldir Leite</i>

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

**DIÁRIO Nº 053****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão Ordinária .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	05
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Cida Borghetti .....	07
Dep. José Domingos Scarpellini ....	08
Dep. Elza Correia .....	08
Dep. André Veneri .....	09
Dep. Barbosa Neto .....	10
Dep. Jocelito Canto .....	12
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Tadeu Veneri .....	13
Sr. José Lemos (Representando o Fórum Estadual dos Servidores Públicos) .....	16
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PDT: Dep. Barbosa Neto .....	10
Liderança do PFL: Dep. Plauto Miró Guimarães .....	19
Liderança da Oposição: Dep. Valdir Rossoni .....	20
Liderança do Governo: Dep. Dobrandino da Silva .....	22
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	22
Discussão / Votação .....	22
Discussão Única (Proposições) .	22
Redação Final .....	29
2ª Discussão .....	30
Requerimentos .....	30
<b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b>	<b>30</b>

**DIÁRIO Nº 054****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>31</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>31</b>
<b>Abertura da Sessão Ordinária.....</b>	<b>31</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	31
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	31
Discussão / Votação .....	32
Discussão Única (Indicações) ....	32
2ª Discussão .....	32
Discussão Única (Proposições) ..	32
Requerimentos .....	32
<b>Encerramento da Sessão Ordinária .....</b>	<b>33</b>
<b>Publicações:</b>	
Atas de Comissões.....	33
Comissão de Redação .....	33
Com. de Ecolog. e Meio Amb. ..	33

**052ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
01 DE JUNHO DE 2005**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Duílio  
Genari.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (42). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica e Renato Gaúcho (09). Achando-se em viagem representativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados Rafael Greca e Waldir Leite (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão Ordinária:**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes de iniciarmos a Sessão, queremos dar as boas-vindas aos nossos funcionários públicos, professores, auxiliares, mas pedimos a compreensão que haja silêncio para que possamos fazer a Sessão normalmente. Nós vamos pedir inclusive alteração da pauta, pôr como item para ser discutido inicialmente, logo depois dos horários do Pequeno e Grande Expedientes vamos pedir que seja discutido o veto em primeiro lugar.

Então, pedimos a colaboração dos amigos que nos visitam nesta Casa hoje.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 1653**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1641**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a votação em bloco dos itens 1, 2 e 3 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**REQUERIMENTO Nº 1640**

Senhor Presidente:

REQUER ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 97/2005, de autoria deste Deputado, que recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, para que retome seu trâmite nesta Casa Legislativa e possa ser deliberado pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Ademir Bier, Elio Rusch, Jocelito Canto, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Mauro Moraes, Hermes Fonseca, André Vargas, Artagão Júnior, Renato Gaúcho, Nelson Garcia, Ailton Araújo, Nereu Moura, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Valdir Rossoni, Ratinho Júnior, Rafael Greca, Arlete Caramês, Luiz Nishimori, Cida Borghetti, Elton Carlos Welter, Geraldo Cartário, Francisco Bühner, Pastor Edson Praczyk e Dobrandino da Silva.

**REQUERIMENTO Nº 1643**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 02 de junho (quinta-feira) para logo após o tér-

mino da Sessão Ordinária e a diminuição de interesse.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.  
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no último dia 31 de maio, da Sra. Denise Elizabeth Querino, 44 anos, no Município de Mandiritiba.

Diretora do Colégio Joaquim de Oliveira Franco, Denize Elizabeth Querino, mãe de Pedro Danilo, atuou ativamente na área de educação prestando grande colaboração ao Município com seu conhecimento, participação e convívio.

Pessoa muito querida por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.  
(a) FRANCISCO BÜHRER

#### REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Cogo, morador do Município de Primeiro de Maio, ocorrido no dia 25/05/2005.

Solicito comunicar à família no Distrito de Vila Gandhi - Primeiro de Maio - CEP: 86140-000.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.  
(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar-se de membro de família conceituada do Município; ex-Vereador, tendo atuação centrada na proteção à família, no interesse público e em defesa das liberdades individuais.

#### REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Willy Watthier, ocorrido em 27.05.2005, no Município de Marechal Cândido Rondon-PR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: esposa: Illa Watthier, e aos filhos: Elaine, Paulo e Maria Elizabete, residentes em Marechal Cândido

Rondon-PR, à Avenida Rio Grande do Sul, 1047 - CEP: 85.960-000.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.  
(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao professor universitário, na Cadeira de Planejamento Estratégico e Marketing, João Antonio Lavrador, pelos excelentes serviços prestados na área da educação paranaense.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.  
(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 1648

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Francisco de Assis Simões. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.  
(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1642

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente Sessão Plenária, moção de apoio pela passagem dos 58 anos de atuação do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, extensiva aos nobres Conselheiros, Procuradores, Diretores e demais funcionários daquela egrégia Corte.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.  
(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Airton Pisseti, Secretário de Estado da Comunicação, e Ricardo Gomyde, Diretor-Presidente da Paraná Esporte, solicitando apoio à Prefeitura de Missal, na realização da "Corrida Rústica Águas de Itaipu", a acontecer no Município no dia 31 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Referido evento acontecerá no município de Missal, tratando-se de evento esportivo que em sua última

edição contou com 129 atletas, oriundos de diversos municípios paranaenses, de outros Estados e países vizinhos como Paraguai e Argentina.

A última edição do evento ocorreu em 2003, não sendo possível realizá-lo em 2004 face às dificuldades orçamentárias enfrentadas pelos municípios que apóiam o evento, e percebendo-se no ano passado a elevada procura de atletas com interesse em participar da corrida, o Município gostaria de dar continuidade ao evento, necessitando para isso do fundamental apoio do Governo, no sentido de patrocinar dentro das suas possibilidades esse importante encontro esportivo.

#### REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício do Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as medidas cabíveis visando a execução de serviços de pavimentação com pedras irregulares nos trechos das estradas abaixo especificadas, no Município de Matelândia, a saber:

- Vila Brasil à PR-01, com extensão de 7,0 Km;
- Comunidade de Linha Panezzon à BR-277, com extensão de 2,5 Km;
- Comunidade de São Roque à Estrada Principal (Caminhos do Saber), com extensão de 3,3 Km;
- Comunidade de Campo Bahia à Linha Cozer/sede, com extensão de 9,0 Km;
- Comunidade de Linha Bananal à Linha Oro à BR-277, com extensão de 10,0 Km; e
- Comunidade de Linha Cruzeirinho à sede do município, com extensão de 3,2 Km.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação com pedras irregulares nos trechos acima citados é de grande importância para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, necessária portanto a realização dessas obras visando a integração entre as localidades, facilitando o trânsito de veículos e pedestres que se utilizam das vias.

#### REQUERIMENTO Nº 1647

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações sobre os motivos por não consagrar o acordo firmado para reajuste dos professores e servidores das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, conforme aprovado no ano passado, em reunião com mais de vinte Deputados, em Audiência Pública e também sobre

a consignação dos mais de trinta milhões no orçamento, inclusive para este ano.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1651

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recape asfáltico sobre a pavimentação poliédrica existente no trecho que liga a sede do Município de Matelândia ao Distrito de Marquesita, já que o trecho se encontra em precárias condições, impedindo a chegada do progresso, do desenvolvimento e do escoamento da produção agrícola da região.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) RENI PEREIRA

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 339/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste - ARCOV, com sede no Município de Ouro Verde do Oeste, comarca de Toledo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste - ARCOV, foi fundada em 08 de setembro do ano de 1997, sendo uma entidade civil, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, com a finalidade de mobilizar pessoas que se identificam com a vontade de criar, manter, utilizar e promover espaços que viabilizem o seu crescimento social e cultural e o da comunidade, com práticas democráticas, onde as próprias atividades possam ser vistas e vividas.

A entidade também promove e incentiva a socialização de conhecimento e informações, bem como dos meios, técnicas e recursos necessários para os processos de geração, e transmissão destes.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei comprova o atendimento às exigências da lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 340/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica proibida a entrada de menores de dezesesseis anos de idade, no âmbito do Estado do Paraná, em estabelecimentos que comercializam o acesso à internet por tempo.

Parágrafo Único. Incluem-se entre os estabelecimentos dispostos no *caput* as chamadas “Lan House”, e os “Cybercafes”, além de outros similares.

Art. 2º Os maiores de dezesesseis e menores de dezoito anos de idade poderão permanecer nos estabelecimentos dispostos no artigo anterior, desde o horário de sua abertura até as 22 horas.

Art. 3º As determinações contidas nos artigos anteriores deverão estar visíveis para o público nas portas dos estabelecimentos, indicando também as penalidades determinadas nesta lei.

Art. 4º A não observância desta lei implicará em multas de 150 (cento e cinquenta) a 300 (trezentas) UFIR's, dobrando na reincidência.

Art. 5º O estabelecimento já autuado como reincidente e que continuar não respeitando o disposto nesta lei ficará sujeito ao fechamento temporário ou definitivo, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 6º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

Inicialmente faz-se necessário considerarmos que a presente propositura é absolutamente constitucional e de competência desta Casa de Leis. Nesse sentido, o artigo 24 da Constituição da República Federativa do Brasil, é claro ao afirmar:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde;**

XIII -...

XIV -...

XV - proteção à infância e à **juventude**” (grifos nossos).

O tema em tela, portanto, é de competência constitucional também para os Estados. Há de se considerar que os chamados “cybercafes” e as chamadas “lan houses”, além de outros estabelecimentos do gênero, tornaram-se um local bastante perigoso para a saúde e integridade de nossos jovens, como explicaremos melhor adiante. E, também, nunca é demais lembrar que a capacidade de legislar sobre tais temas é, originariamente, do Parlamento Estadual, ou seja da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como reiteradamente temos demonstrado em nossas justificativas.

Isto posto, podemos então passar ao mérito do presente projeto de lei. As chamadas “lan houses” e os chamados “cybercafes”, além de outros estabelecimentos similares, têm se tornado um lugar de risco para nossos adolescentes.

Os jovens permanecem até tarde, gastando pequena fortuna, uma vez que o acesso às máquinas de jogos e computadores presentes no local de se dá por tempo.

Há relatos na imprensa que mostram jovens permanecendo nesses locais mais de doze horas por dia.

Por outro lado, uma vez que entre seus “produtos” esses estabelecimentos vendem acesso à internet os jovens terminam por escapar do controle do pai e acabam tendo acesso a sites proibidos para menores, como os ligados a sexo, armas e mesmo drogas.

Finalmente, há outro componente muito sério nessa situação toda descrita.

Inúmeras vezes o jovem tem o cartão de crédito, fornecido na confiança por seus familiares, que mal sabem o que se passa com aquele adolescente nesses estabelecimentos. Ao frequentar o local, este jovem digita senhas e números nas máquinas para fazer operações pela web, que são capturadas por mecanismos e programas já fixados no computador para esta finalidade.

Assim, diante do exposto, contamos com o inestimável apoio de nossos nobres pares para a aprovação de tão importante propositura para a segurança e integridade física de nossos jovens.

PROJETO DE LEI Nº 341/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS as operações internas com os produtos adiante indicados, desde que classificados nas respectivas posições da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH:

I - trigo em grão, 1001.10;

II - farinha de trigo, 1101.00;

III - mistura pré-preparada de farinha de trigo para panificação, desde que cumulativamente:

a) seja classificada na posição 1901.20 da NBM/SH;

b) a presença de farinha de trigo em sua composição seja de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento);

VI - massas alimentícias não cozidas, nem recheadas ou preparadas de outro modo, desde que classificadas na posição 1902.11 ou 1902.19 da NBM/SH;

V - pão francês ou de sal, assim entendido aquele de consumo popular, obtido pela cocção de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água e sal, que não contenha ingrediente que venha a modificar o seu tipo, característica ou classificação e que sejam produzidos com o peso de até 1000 gramas, desde que classificado na posição 1905.90 da NBM/SH;

VI - biscoitos e bolachas derivados do trigo, dos tipos “cream cracker”, “água e sal”, “maisena”, “maria” e outros de consumo popular, desde que cumulativamente:

a) sejam classificados na posição 1905.31 da NBM/SH;

b) não sejam adicionados de cacau, recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de conceder isenção de ICMS nas operações internas com trigo em grãos, farinha de trigo, mistura pré-preparada de farinha de trigo para panificação, pão francês, pão de sal, macarrão e bolachas integrantes da cesta básica, com a finalidade de ampliar o acesso a população, sobretudo a mais carente, a gêneros alimentícios de primeira necessidade, e incentivar o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no Estado do Paraná.

Tendo em vista o grande alcance social, solicitamos o apoio dos nossos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à Deputada Cida Borghetti.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, poderíamos alertar os líderes dos partidos para que chamassem os Deputados para o plenário, porque teremos que ter 28 votos para derrubada do veto do Governador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo aos senhores parlamentares que irei cumprir rigorosamente o tempo de cada Parlamentar.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à Deputada Cida Borghetti.

### ***Deputada Cida Borghetti (PP)***

A SRA. CIDA BORGHETTI

(Lê):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores:

Amanhã, quinta-feira, 2 de junho, comemora-se o Dia da República da Itália e para festejar a data, o Consulado Geral da Itália promove uma série de atividades. A ocasião é relevante, porque o povo italiano participou da formação do Estado do Paraná. No Brasil, a primeira colonização italiana começou por volta de 1860.

No Paraná os primeiros italianos chegam a partir de 1872, e com maior intensidade de 1875 a 1900. Esses primeiros imigrantes italianos destinados ao Paraná desembarcaram em Paranaguá, situando-se em Porto de Cima, São João da Graciosa, e mais tarde, em Alexandra, Morretes e arredores. Devido ao clima e solo daquela região, que não se adaptava ao tipo de cultura a que estavam habituados, optaram por mudar; com dificuldade, deixaram o Litoral e subiram a Serra.

Depois de três dias de exaustiva viagem, a pé, carregando seus poucos pertences, chegaram ao planalto, onde as terras eram mais semelhantes às de sua Itália natal. Em Curitiba tiveram permissão para ocupar uma planície contígua à cidadezinha, hoje o bairro de Água Verde. Outros, em conjunto, conseguiram comprar quinze lotes ao norte, a sete quilômetros, onde iniciaram a colônia de Santa Felicidade. Isto, em meados de 1878. O nome foi em sinal de gratidão para a dona dos terrenos, a Sra. Felicidade Borges, que tanto os havia favorecido.

No começo tudo foi difícil - sentiam a falta das estradas, de meios para derrubar a mata e para a semeadura. Mas não faltou coragem e alegria por terem, enfim, seu pedaço de chão. Hoje, os descendentes desses italianos se espalharam por todo o Paraná e contribuem em todas as áreas de atividade.

A obra humana da imigração, de todos os povos que aqui vieram, é resposta eloqüente do homem buscando melhor qualidade de vida, formando a identidade nacional. Com isso, o Sul do Brasil ficou um pouco mais italiano.

Quero cumprimentar nesta data o Cônsul da Itália para o Paraná e Santa Catarina, Sr. Mário Trampetti, bem como o Presidente do Comitês do Consulado, Sr. Geanluca Cantoni e toda a Executiva do Comitês, do qual também sou membro. Cumprimento também, o Sr. Walter Antonio Petruzzello, membro do Conselho Geral dos italianos no exterior. Cumprimento ainda o Sr. Mirco Pac-

cagnella, Presidente da Fondazione Itália, que na sexta-feira estará recepcionando em Curitiba o Ministro para italianos residentes no exterior, Sr. Mirko Tremaglia. É a primeira vez que o Paraná recebe um Ministro italiano. Sou neta desses italianos e cresci ouvindo as belas histórias de minha família.

Aqui se realizou um processo de integração étnica e cultural extraordinária no mundo contemporâneo. Segundo Mário Gardelin, é a mais bela e bem-sucedida distribuição de terras - pagas - da história recente da humanidade.

A história do nosso país tem ensinado uma lição inesquecível.

Os imigrantes vieram para as terras brasileiras e paranaenses como novos descobridores. Porque aqui chegaram movidos por um impulso de coragem e uma escolha vital: o sonho do novo mundo. Novos descobridores, porque traziam nos olhos e corações, as esperanças de uma nova terra, que já fora descoberta no interior das suas almas, e que incendiava os seus corações, como uma promessa de amor a ser cumprida.

O fato de cidadãos italianos terem encontrado coragem para atravessar um oceano deve-se à confiança de encontrar um futuro melhor. O Brasil significou uma meta para aqueles italianos, uma miragem que se tornou realidade. Hoje a terra italiana recebe de volta muitos ítalo-brasileiros, que fazem a viagem inversa dos antepassados, buscando novas oportunidades em uma Europa unida.

Mas os seus valores fundamentais aqui permanecem, desde os imigrantes das primeiras colônias, hoje integrados da nova terra com suas expressões de ser, pensar e agir, que valorizam a propriedade, o trabalho, a família, a religiosidade.

Hoje, no Brasil, há cerca de 25 milhões de ítalo-brasileiros, que constituem a segunda maior Pátria italiana do mundo. Ao voltarmos nosso olhar sobre os anos de colonização, vemos o extraordinário milagre da transformação da paisagem humana, obra da colonização italiana em nosso Estado. Filha dos filhos daqueles homens e mulheres que realizaram pelos mares a longa travessia para uma nova Pátria, presto nesta Casa, a homenagem emocionada a todos os homens e mulheres, descendentes dos pioneiros que construíram a saga dos italianos no Paraná.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Jocelito Canto.

(**Ausente**)

Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos vendo o Sr. Governador do Paraná insistir na criação dos Parques das Araucárias. É uma medida relativamente demagógica, por que transformar em parque as áreas que os proprietários já vêm preservando há dezenas, nós entendemos ser uma coisa desnecessária. Se existem as florestas de araucárias nas mãos dessas famílias, pequenos, médios proprietários tanto nos Campos Gerais, como nos campos de Palmas, porque agora usar do artifício de transformar em parques, fazendo de conta que com isso vai aumentar, vai se conservar mais as áreas verdes e aquelas araucárias que lá estão? Eu estava dizendo, há pouco, que as famílias que preservaram as araucárias agora vão ser punidas, porque, com a transformação em parque, vão ter o uso restrito da sua terra e da sua propriedade.

Quero, aqui, Sr. Presidente, fazer memória sobre um assunto que eu vivi quando estava no Governo Requião como Secretário Especial de Governo em 1993 e 1994. E, hoje, Deputado Dobrandino e Srs. Deputados do Governo, não vou cobrar o pedágio que o Governador disse que ou abaixa ou acaba; não vou falar sobre o desatador de nós que ele diz ser e que nós sabemos que não é; não vou falar sobre o Porto de Paranaguá que o Eduardo Requião não repassa o dinheiro da varredura para sua outra irmã - que está no PROVOPAR - Lúcia Requião Arruda, poder fazer assistência social no Paraná, porque esses assuntos nós já temos debatido aqui e vamos continuar falando, sim.

Hoje, quero falar, em especial, Sr. Presidente, de um lugar chamado Mato Queimado, no Município de Balsa Nova. Lá, uma senhora que tem uma fazenda de aproximadamente mil alqueires, no Rio Iguaçu, no ano de 1993, entrou com um pedido para retirar mais de cinquenta mil araucárias que lá existiam e pasmem, Srs. Deputados, o Governo do Estado, o Governo de Roberto Requião, autorizou esse corte!

O Eduardo Requião de Mello e Silva, esse que junto com o Governador Roberto Requião de Mello e Silva não pagam o IPTU que devem para o Município de Curitiba, ali, na Vicente Machado, autorizaram, naquela época, o corte de mais de cinquenta mil pinheiros acima de oitenta centímetros de diâmetro! O Eduardo era secretário de Meio Ambiente e eu, na época, tomei conhecimento fui fazer uma denúncia e aí me disseram: "esse assunto já está resolvido e a autorização está dada!"

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está esgotado o seu tempo, nobre Deputado.

Nós vamos ser rigorosos: não vamos dar nenhum minuto para nenhum Parlamentar, hoje.

Próxima oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

**Deputada Elza Correia (PMDB)**

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres colegas:

Quero saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras que se encontram, hoje, nesta Casa. Sejam bem-vindos!

Gostaria de colocar - não tive oportunidade ontem - o empenho desta deputada e de outros companheiros Deputados no sentido de que o reajuste dos professores das universidades se torne uma realidade. Não é uma luta nova; é uma luta antiga que vem desde que eu era Vereadora e, também, assumindo o cargo de Deputada trouxe para agenda como uma prioridade.

Fizemos vários encontros, várias audiências, reuniões com reitores, com o Secretário da Administração, do Planejamento, da Fazenda, com vários setores do Governo, conversando, inclusive, com o Governador Roberto Requião, várias vezes tentando gestionar, intermediar em relação à necessidade desse reajuste. Assim foi, também, com o abono aos trabalhadores técnicos administrativos das universidades. Portanto, temos que dividir o mérito e o crédito dessa luta com vários Deputados e Deputadas desta Casa.

Da mesma forma, estivemos e estamos em permanente vigilância e acompanhamento em relação à situação de todos os nossos trabalhadores e trabalhadoras, servidores públicos do Estado e sem dúvida nenhuma é o reconhecimento geral de todos nós, de que houve o estrangulamento das categorias que foram absolutamente abandonadas no Governo anterior e que a recomposição dos salários é, sem dúvida nenhuma, uma necessidade.

Hoje, estivemos junto com o Padre Paulo, Deputado companheiro nosso, desta Casa, numa audiência com o Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, conversando sobre o assunto com representantes, como Presidente da APP, Lemos, que daqui a pouco estará numa reunião com o Secretário da Fazenda, representantes do DIESE, representantes de vários sindicatos e também dos aposentados que lá levaram as suas reivindicações, principalmente considerando hoje dia 01 de junho a data-base para a questão do reajuste.

O Secretário Caíto Quintana colocou a situação do Governo em relação ao caixa, mas colocou fundamentalmente a necessidade de buscarmos uma alternativa, de conversarmos com o secretário, de continuarmos a negociação porque o Governo compreende que é importante, fundamental, ter na sua agenda a questão do reajuste dos trabalhadores, bem como a questão dos precatórios, que é uma outra reivindicação.

Portanto, é preciso que se diga que não há nenhuma indisposição, nenhuma má vontade por parte do Governo que mais uma vez sinalizou e vocês que estavam ali fora hoje ouviram, os representantes que estavam lá na reunião, sinalizou a sua incansável luta no sentido de que os trabalhadores tenham realmente equacionada a situação.

Fizemos uma reunião ontem com o Governador e com toda a Bancada de deputados que apóiam o Governador Roberto Requião aqui na Casa; foi uma ótima reunião com representação da Secretaria da Administração,

com a presença dos Secretários da Fazenda, Planejamento e outras Secretarias, para que entendêssemos e discutíssemos um pouco melhor a situação das universidades. Houve uma explicação clara, objetiva, transparente e com muita sinceridade do Governo a nós, Deputados, para que busquemos também uma solução para o reajuste dos professores nas universidades.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está esgotado o tempo.

Estou tomando com a senhora a mesma medida que tomei de outros Parlamentares. Está encerrando o seu tempo.

Deputado André Vargas com a palavra.

V. Exa. quer usar o horário do seu Partido?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Não, não vou usar. Quero justificar que normalmente quando falta um minuto, somos sempre informados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Participei anteriormente a todo o Plenário que estaria encerrado com cinco minutos.

A SRA. ELZA CORREIA

Sim, Sr. Presidente.

Encerro aqui dizendo que a luta continua.

## ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidoras e servidores públicos do Estado do Paraná, sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Tenho certeza que esta Casa, assim como quando votou o orçamento, votou por acordo, tínhamos aqui um relator, temos aqui o Presidente da Comissão de Orçamento, esses itens que foram vetados pelo Governador, foram aqui acordados.

Por isso, não quero crer que tem algum Deputado que vai votar secretamente diferente daquilo que votou aqui de forma aberta, ou seja, o adequado, o correto e o justo é que aquilo que foi votado aqui por consenso por esta Casa, feito entre os diversos Partidos, a Oposição e a Situação, que todos participamos, não seja garantido no voto secreto.

Portanto, devemos derrubar o veto do governador que trata da questão dos servidores...

(**aplausos**)

... das questões das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá e a questão do Fundo Estadual de Cultura, que foram emendas feitas por esta Casa, onde se previa, na medida em que houvesse excesso de arrecadação, esses recursos fossem utilizados para reajuste salarial, para a constituição do Fundo de Cultura e para o trato das questões da região metropolitana.

**(Aplausos)**

É bom lembrar que esse orçamento, aqui, foi votado por acordo, por unanimidade. Portanto, não se justifica nenhuma defesa e, muito menos, na hora que entrar na cabine, no voto secreto, nenhum voto diferente daquele que foi feito de forma aberta, perante toda a comunidade do Paraná. É bom, inclusive, que tenha televisão filmando para que saibamos quem é quem.

**(Aplausos)**

Ontem estivemos tratando de uma questão importante com o Governador, que é a questão das universidades estaduais do Paraná, assim como a grande maioria dos servidores públicos do Estado do Paraná, sem um cruzeiro, um centavo - estou meio atrasado, na época do cruzeiro - de reajuste. Lá discutimos com o Governador e preocupação que temos, quando se trata da questão do reajuste, que tenhamos, sim, moderação - dez anos - equilíbrio, observando a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas fundamentalmente tratando com respeito às servidoras e os servidores do Paraná. Por quê?

Muitas vezes o governante, mesmo não podendo dar aquele reajuste, ainda assim não pode deixar de tratar com respeito, como infelizmente aconteceu, com relação ao Instituto Agrônomo do Paraná, quando em uma questão menor o Governador usou mecanismos absolutamente escusos para atacar uma instituição como o IAPAR. Quiçá, não aconteça o mesmo nas universidades! Quiçá, não aconteça o mesmo com os servidores! Quiçá, não aconteça o mesmo com os setores da sociedade, que legitimamente pressionam na busca pela garantia dos seus direitos!

Portanto, volto a afirmar, o compromisso de que aquilo que foi votado, abertamente, seja confirmado no voto secreto, derrubando o veto que foi votado por consenso, aqui, artigos importantes da questão da cultura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos reunidos, no ano passado, na sala do Presidente Hermas Eurides Brandão, com mais de vinte Deputados e também os representantes dos universidades estaduais de todo o Paraná e ficou consignado, após essa discussão com representantes do Governo do Estado, que as Secretarias da Fazenda, da Administração, de Ensino Superior e da Educação deveriam elaborar um estudo para ser adequado ao Orçamento desta Assembléia, levado à discussão nesta Casa e aprovado, quando foram consignados trinta milhões de reais para o reajuste dos professores das instituições de ensino superior do Estado do Paraná.

Esse acordo, ao que nos parece, não está sendo cumprido pelo Governo. Portanto, estamos encami-

nhando na tarde de hoje um requerimento pedindo informações ao Governador, por não contemplar essa categoria que aguarda há nove anos pelo reajuste. E também, para não se esquecer do Plano de Carreira, Cargos e Salários que foi debatido e estudado por mais de dois anos.

Estive com o Vice-Reitor da Universidade Estadual de Londrina, professor Eduardo de Mauro, e recebi este documento e entreguei-o pessoalmente ao Secretário Aldair Rizzi, mandei cópias inclusive para o Governo do Estado e na única oportunidade que estive no Palácio Iguaçu, conversando com o Governador Roberto requião, que nos disse das incongruências que haviam dentro da universidade, dentro do hospital universitário e por isso não contemplaria, naquela oportunidade, porque também não havia caixa para isso, o reajuste através do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores e também o reajuste dos professores.

Isso tudo, na verdade, nos leva a crer que o Governo, até aquela data, tinha uma desculpa para não contemplar as duas categorias e hoje isso não é mais possível ou crível, já que o Governo está alardeando que não vai cumprir esse acordo, como fez inclusive com aqueles servidores que não estavam enquadrados, mesmo tendo um acordo aqui entre as bancadas e inclusive procurados que fomos pelo Procurador Sérgio Botto de Lacerda.

Mas, o que estamos vendo, Sr. Presidente, é que o Governo do Estado vem, peremptoriamente, dizendo que desta vez não vai fazer a reposição salarial dos docentes. E o que ele disse no dia 23 de maio, *ipsis literis*, reproduzo aqui: “as folhas salariais das instituições de ensino superior são uma esculhambação. Existem inúmeras distorções e isso tem que ser esclarecido. Depois é que se pensará em viabilizar um reajuste”.

Isso, dito pelo Governador! Não foi esse o acordo que foi firmado e contemplado nesta Casa com os representantes do Governo? E ele diz mais: “os professores das instituições de ensino do Paraná são muito bem pagos e o Estado não tem obrigação de equiparar os salários dos seus docentes com os das universidades federais, e inclusive sugeriu a um Diretor do SINTEEMAR que caso estivesse insatisfeito com o salário que recebe, prestasse concurso para uma universidade federal. E ainda nesse seu estilo, disse quando lhe perguntaram: os servidores, então, não teremos reajuste, Governador? Ele disse: “enquanto não se consertar essa... não”.

Não podemos aceitar esse tipo de comportamento do Governador do Estado para com uma classe que trabalhou de forma direta nas eleições para que Álvaro Dias não governasse o Paraná.

***Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PDT***

Senhor Presidente, o respeito que nós estamos aqui solicitando ao Governador Roberto Requião e que ele nos merece, é para uma categoria que vem sendo vilipendi-

ada, que tem corroído o seu poder de compra há muitos anos e que o Governador assumiu este compromisso.

Repito aqui, falar em Álvaro Dias na época da eleição era a mesma coisa que falar no “cramulhão”, porque os servidores de uma maneira geral e aberta votaram decisivamente para a vitória do Governador e ele não pode trair esses que necessitam, neste momento, de apenas um respeito para que possam continuar exercendo sua profissão, dizer para que os professores procurem emprego, se inscrevam em concurso para dar aula nas universidades federais não é um tratamento adequado e nós não podemos esquecer aqui, eu repito, dos servidores também que necessitam deste reajuste!

Foi discutido, o governo demorou para fazer esta concessão e agora está de pleno acordo que ele deveria cumprir com a sua palavra empenhada. Ontem conversava com um professor que tem especialização, que tem mestrado, vinte anos de casa, professor de Direito Constitucional da Universidade Estadual de Londrina e que recebe oitocentos reais por mês, oitocentos reais para uma pessoa que se dedicou a vida inteira aos estudos e que tem uma missão nobre de formar forças motrizes que vão ajudar no desenvolvimento do nosso Estado e que estamos perdendo essas cabeças para universidades em São Paulo, Santa Catarina e outros Estados! Não podemos conceber esse tipo de atitude do Governador! Ele utilizou-se de uma manobra que eu alertei, à época, para os funcionários da UEL, quando fizemos três audiências públicas, fomos em alguns momentos boicotados pelos sindicatos, quando apareceram meia dúzia apenas de servidores, porque não era interesse da própria universidade em que os servidores e os professores se unissem para saber da real condição de vilipendiação da sua capacidade de compra através do seu salário, o governo lançou o abono que não tem, inclusive, o impacto na folha, e apenas 300 reais para os servidores; isso dividiu as categorias porque era iminente a chegada de uma greve geral, tanto na Universidade Estadual de Londrina, como em outras universidades estaduais do Paraná.

Portanto, o que estamos fazendo na tarde de hoje é cobrar do Governador coerência, respeito aos servidores e pedir que pelo menos hoje Oposição e Situação se unam para derrubar esse veto e poder contemplar a categoria que tanto necessita dessa compreensão por parte do Governo do Estado.

E o alerta que fazemos aqui, também como forma de colaborar com este governo é para não acreditar que apenas no ano que vem concedendo este reajuste, já que trata-se de um ano eleitoral, ele vai agradar à população e principalmente os servidores. Cumpra este acordo, assumo o compromisso de fazer este reajuste já, porque os servidores estão endividados, com os seus salários totalmente comprometidos e não faça novamente declarações desairosas como fez em Londrina chamando os servidores de vagabundos! Isto, os servidores não merecem! Se há casos isolados, que sejam apontados e que sejam feitos processos administrativos, mas não generalize, por-

que não tem noção da situação de penúria que passam, por exemplo, os servidores do Hospital Universitário de Londrina.

Esta é a nossa fala na tarde de hoje, este é o apelo que fazemos aqui. Não queremos aproveitar aqui apenas desta situação, mas queremos, sim, este compromisso por parte do Governador e é esta, acima de tudo, a cobrança que fazemos na tarde de hoje.

Gostaria também, só para finalizar, pedir o apoio aqui para que este requerimento fosse assinado, porque o Governador disse em Londrina, na semana passada, que não teme CPI, que o governo Lula não pode temer CPI, que um Governo sério tem que estar aberto às investigações. Então, estamos vendo até requerimentos sendo barrados nesta Casa, Deputado Valdir Rossoni, e não respondidos, inclusive.

Então, vamos pedir aqui à Situação na tarde de hoje para que pelo menos esse nosso requerimento seja aprovado, o Governador possa inclusive dar aqui as alegações para não cumprir o acordo já que o dinheiro está dentro do orçamento, são mais de trinta milhões de reais, à espera por parte dos servidores e dos professores já foi feita, a paciência está num grau de limite e é necessário, urgentemente, que isso seja cumprido, sob pena de termos novamente uma greve aqui, não só em Londrina, em outras universidades o que vai ser ruim para a imagem do Governo do Estado.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

#### **O Sr. Luiz Carlos Martins (Sem Partido)**

Aproveitando, quero fazer uma sugestão para que o Governo do Estado desloque uma fatia razoável da Secretaria da Comunicação, da propaganda, para os professores. São quantos milhões? Cento e quarenta milhões o Governo investe hoje; não é investimento, ele gasta hoje quinhentos mil reais por dia em publicidade! É só deslocar uma grande fatia disso para o servidores, que estão vivendo hoje o estado de penúria! E eles esperam de todos nós uma postura. Não postura de palanque, mas postura de Plenário, postura democrática, postura de verdade.

É assim que vamos agir e temos que agir!

#### **O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Luiz Carlos Martins.

Concedo aparte ao Deputado Líder da Oposição, Valdir Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Barbosa, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que vem esclarecer esse fato. É importante, quero ressaltar novamente - até porque temos a presença aqui dos servidores - que precisamos da presença dos Deputados em plenário para que possamos derrubar o veto do Governador. Precisamos de 28 votos para derrubar o veto, não podemos ficar aqui, num jogo de faz-de-

conta, na hora da votação mantermos o veto e enganarmos os servidores que estão aqui nas galerias.

Já fiz essa ressalva no início da Sessão alertando os Parlamentares para se fazerem presentes, porque vai ser a primeira votação da Ordem do Dia como disse o Sr. Presidente.

E por esta razão, precisamos ter os Deputados em plenário para podermos votar. Os Deputados de Oposição encontram-se em Plenário e votarão pela derrubada do veto.

#### O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Obrigado pelo aparte, Deputado Valdir Rossoni, que sem dúvida nenhuma contribui bastante com esse debate. E era justamente esse o meu desabafo na tarde de hoje. Exigimos, como disse aqui o Deputado Luiz Carlos Martins, a responsabilidade. É isso que hoje temos que demonstrar à sociedade paranaense, que votou em nós, para sermos seus representantes. Não adianta o Governador dizer uma coisa e fazer outra. A questão da teoria e da prática precisa ser cumprida e respeitada e a prova dos nove teremos logo mais durante essa votação. E é bom que a sociedade saiba distinguir o joio do trigo. É bom que a sociedade saiba quem é quem. E isso vai ser feito logo mais, durante a votação. E esperamos que seja vencedora a derrubada do veto.

#### A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

#### O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna hoje, não poderia deixar de comentar. Ontem tivemos uma reunião no Palácio Iguaçu com o Governador Requião, para tratar da questão das universidades do Paraná, onde os Deputados que estiveram lá acompanharam a explanação que a Secretária Maria Marta fez da situação das universidades, e as diferenças, as distorções que existem entre elas, sendo que algumas têm professor recebendo “x”, outra tem outro, outro recebe menos, outro recebe mais e essa distorção começa com o Plano de Cargos e Salários que o Governo vai mandar a esta Casa nos próximos dias. Será de fundamental importância, porque vai ajustar a questão das universidades do Paraná.

Mas, durante o encontro com o Governador, a Secretária Maria Marta falou que todas as universidades têm problemas lá de trás e não é só a Universidade de Ponta Grossa, hoje.

Quero falar como defensor da universidade que eu represento, que é a Universidade de Ponta Grossa, porque nos últimos dias e meses, vi a nossa universidade ser massacrada, atacada, e pouco se pode defender. Falou-se das universidades, pouco das outras e muito da nossa. Tanto é que a CPI, 70% investigou Ponta Grossa e 30%

investigou outras e algumas nem foram investigadas. Isso a Secretária admitiu ontem, que todas as universidades têm problemas, e que o pagamento elevado de professores não está na Universidade de Ponta Grossa; e nas outras universidades.

Mas daí o Governador falou em transparência e disse que as universidades deviam ser transparentes e que tinha que estar tudo na internet. Pois eu trouxe hoje aqui, depois posso distribuir a algum Deputado que queira, peguei alguns dados aqui e está no site da Universidade de Ponta Grossa, o site [www.universidadeponta-grossa.com.br](http://www.universidadeponta-grossa.com.br) e está no site do Governo todo o procedimento da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Não há nada que esteja sendo feito na Universidade de Ponta Grossa, que não esteja no site. É a universidade de maior transparência do Paraná, hoje.

Estou aqui hoje, Srs. Deputados, Sra. Presidente e imprensa: entrem no site da Universidade de Ponta Grossa vejam lá que consta tudo que o Governo exige: quer que coloque lá o sabonete que é comprado, lá está na Universidade de Ponta Grossa. É mais transparente de todas as universidades. Pode abrir o site, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que foi relator da CPI, entra no site, o senhor que gosta da internet, vocês vão ver o que é coisa bem feita, bem dirigida e bem bonita é da Universidade de Ponta Grossa.

Para se ter uma idéia, em recursos que o Governador liberou, de setecentos mil reais para gabinetes odontológicos, a Universidade, num pregão eletrônico, conseguiu comprar os mesmos equipamentos com 150 mil reais a menos. Isso chama-se transparência.

A nossa Universidade de Ponta Grossa tem o orgulho de ser a mais transparente, hoje. Teve problemas, teve irregularidades, mas o atual reitor que está lá, que eu sempre defendi aqui, muitas vezes foi atacado sem poder se defender.

Só queria deixar o site da Universidade. Quem quiser acompanhar, sejam professores, sejam funcionários públicos, sejam alunos, entrem no site da Universidade Estadual de Ponta Grossa ou entrem no site do Governo; na pasta da Fazenda em todos os procedimentos referentes à Universidade de Ponta Grossa.

Por favor, quando falarem da nossa Universidade agora, antes vão olhar lá, vão ver o que tem, para não ficar atacando uma Universidade, que tem problemas sim, nós nunca negamos, estão sendo investigados como as outras deveriam ter sido também, mas vão ver lá a transparência da Universidade de Ponta Grossa, que tem até um produto que é comprado e está na internet como quer o Governador. Governador Requião, a Universidade de Ponta Grossa é um exemplo de transparência hoje, de acordo com aquilo que V. Exa. pediu.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, eu não sei se V. Exa. estava aqui no início da Sessão, o Presidente Hermas Brandão tem

dados tempo exato aos oradores e eu gostaria que V. Exa. observasse esse tempo, apesar do assunto importantíssimo do Deputado Jocelito, porque senão estaremos discriminando, como foi o caso da Deputada Elza.

### ***Grande Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com certeza eu não estava aqui no momento.

Passamos ao Grande Expediente.

Deputado Tadeu Veneri, com a palavra.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sra, Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou usar dez minutos do Horário do Grande Expediente e vinte minutos serão usados pelo professor Lemos, que falará aqui como Coordenador do Fórum dos Servidores Públicos do Estado do Paraná a respeito da demanda que traz hoje, e sejam bem-vindos os servidores do Estado do Paraná no dia que esta Assembléia aprovou como sendo a data-base dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Então, o professor Lemos vai fazer uso desta tribuna justamente para colocar aqui os questionamentos e fazer que eu já antecipe também um apelo aos Deputados, para que possamos derrubar o veto que será votado, o veto justamente do processo do projeto da emenda que propõe e prevê o reajustamento pelo percentual da inflação aos salários dos funcionários públicos do Estado do Paraná, mas antes disso, Sra. Deputada, eu já pediria também que nesses dez minutos pudessem ser acrescidos os dez minutos do horário do meu Partido.

Mas eu quero fazer, senhores Deputados, a esta Casa, um comunicado que parece-me extremamente grave, por conta de nós termos recebido resposta a um pedido de informações feito há algum tempo atrás a respeito dos honorários de sucumbência percebidos pelos Procuradores e pelos advogados do Estado do Paraná. Os Procuradores e advogados do Estado do Paraná, assim como dos demais Estados, Municípios e da União, como é de conhecimento dos senhores e das senhoras, têm na Constituição Federal e Constituição Estadual vedação a perceberem esses valores dos honorários de sucumbência quando há uma demanda contra o Estado; e o Estado, vencedor, o juiz arbitra um determinado valor que deve ser recolhido ao Estado, de 1988, data da Constituição Federal e das Constituições Estaduais e leis orgânicas até agora.

No nosso caso, do Estado do Paraná, 2003, esses valores foram recolhidos aos procuradores e aos advogados. Houve em 1999 uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público do Paraná questionando o recebimento desses valores. Essa ação civil pública foi ajuizada pedindo para que o Estado recolhesse aos cofres públicos

os valores provenientes das verbas de sucumbência. Foi dado, num primeiro momento, ganho de causa ao Ministério Público; o juiz singular acatou o pedido feito pelo Ministério Público e obviamente a Procuradoria Geral do Estado recorreu; é o seu papel. Na sequência, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná entendendo que não havia procedência na ação solicitada pelo Estado, deu ganho de causa ao Ministério Público. Nesse meio de tempo, houve aqui nesta Casa uma lei aprovada que pretendia regularizar a situação. Lei nº 14234/2003. Mesmo com essa lei, havia o entendimento do Tribunal de Justiça que o problema não estava sanado! Ou seja, os procuradores e os advogados não poderiam receber honorários e sucumbência.

Essa lei criou um fundo, e na época, na CCJ, eu e o Deputado José Maria questionamos por que destina 90% dos seus recursos para pagamento dos Procuradores e advogados do Estado. Ou seja, por vias transversas acabava-se fazendo o pagamento, ainda que houvesse uma ação tramitando.

Para nossa surpresa, quando essa ação deveria subir para o STJ para serem dirimidas as dúvidas, houve uma solicitação, o Procurador Geral do Ministério Público peticionou nos autos da ação civil pública manifestando falta de interesse em continuar o processo. Ou seja, o Ministério Público, patrono da ação que já havia ganho em duas instâncias, após a promulgação da lei, entendeu que não deveria continuar com essa ação. Obviamente comunicou à Procuradoria Geral do Estado que de pronto concordou. Afinal, o Estado havia perdido essa ação nos dois primeiros julgamentos!

Na sequência, há um pedido de arquivamento. O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública arquivou o processo. A Promotoria da Defesa do Patrimônio Público impetrou um mandado de segurança contra o ato do juiz singular. Citado o mandado de segurança o TJ do Paraná 173848/2005 da Câmara Civil, Desembargador Péricles Batista Pereira, que não concedeu liminar, mas vai julgar o mérito. A liminar solicitada o desarquivamento imediato do processo. E esse processo hoje está à espera do julgamento do mérito.

O que deve acontecer nas próximas semanas e é essa a minha preocupação, é que esse processo, sendo acatado o pedido e desarquivado, dar-lhe-emos, não sendo, no meu entendimento, qualquer cidadão pode hoje entrar com uma ação popular. Fizemos um pedido de informações e foi respondido, inclusive entrei em contato com a Associação Paranaense do Ministério Público que também tem o entendimento que esse processo não deveria ser arquivado; veio uma resposta num xerox feito pelo Dr. Sérgio Botto de Lacerda - Procurador Geral do Estado. Está aqui em minha mãos.

Estamos, Sra. Presidente, Srs. Deputados, solicitando em um pedido de informações (semana que vem devo protocolá-lo junto à Mesa) para que saibamos quais foram os valores, ainda que tenhamos discordância que a Lei nº 14.234 possa suprir aquilo que a Constituição

Federal e Estadual prevêm (que é o não recebimento dos honorários de sucumbência), queremos saber quanto foi pago no período de 88 a 2003. Quanto e para quem foi pago, porque são alguns milhões ou milhares de reais que foram pagos e, se houver entendimento de que esse processo deve ser desarquivado, obviamente o passo seguinte será o Estado executar a ação, será o Estado cobrar dos procuradores e dos advogados os valores recebidos indevidamente.

Aí, por último, até porque quero abordar o tema que é justamente o que traz os servidores a esta Casa, fica aqui, Srs. Deputados, obviamente sem cometer nenhum juízo, nenhum mérito, porque seria leviano de minha parte, fica aqui uma estranheza. Os senhores imaginem que a Procuradoria Geral do Estado é parte interessada, como é que ela pode (obviamente que ela o faz de forma isenta) defender, ao mesmo tempo, que não seja o Ministério Público o patrono da ação, que não seja vencedor de uma ação que ela defende o Estado, mas que sendo o Estado perdedor da ação, indiretamente, a Procuradoria, os Procuradores, os advogados são beneficiados?

Então, parece-me que há um equívoco no encaminhamento desse processo via Procuradoria, porque diversos processos que são de interesse do Estado são defendidos não necessariamente pela Procuradoria. Cito o caso da COPEL onde o escritório “Pinheiro Neto” de Brasília faz a defesa de diversos processos. Embora não haja uma semelhança linear, mas a COPEL busca um escritório para fazer a sua defesa. Justamente nesse processo, onde envolve valores altos; envolve valores que são percebidos e que a Constituição Federal diz que não pode; envolve valores que, no nosso entendimento (e é esse o pedido de informações que vamos fazer na sequência) deveriam ser recolhidos para o Estado e não para os Procuradores e advogados.

Justamente nesse processo há um pedido, embora ganho em duas instâncias, do Dr. Milton Riquelme, Procurador do Ministério Público, para que seja arquivado o processo. Então, isso me preocupa e espero que, na sequência, não reste nenhuma dúvida.

Volto a dizer: não é o meu papel fazer juízo de valor, mas é papel desta Assembléia e dos Deputados fazer um questionamento sobre quanto foi pago e se esses valores que foram pagos, na ausência de uma lei que disciplinasse o recebimento, serão ressarcidos aos cofres do Estado e quanto foi o valor recebido, porque uma ação de cem milhões de reais, onde o juiz determina que vinte por cento sejam de honorário de sucumbência, significa vinte milhões de reais que são recolhidos aos Procuradores, aos advogados.

Não estou dizendo que existe essa ação, mas se tivermos uma desse porte são esses os valores recolhidos. Então, esse é o processo que temos que deixar extremamente claro para que não reste nenhuma dúvida, porque não é um processo deste Governo, é um processo que vem de 1999, que busca regulamentar uma situação que havia dúvidas sobre elas, tanto há dúvidas que o Municí-

pio de Curitiba os Procuradores do Município recebem, e recebem por conta de lei.

Então, o que estamos buscando é fazer com que não reste dúvida e que tenhamos essa solução esclarecida aqui, na Assembléia Legislativa.

**O Sr. André Vargas (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Tadeu, o que V. Exa. traz a esta Casa hoje é da maior gravidade.

Só para sintetizar, o Ministério Público entendendo haver um pagamento ilegal para advogados do Estado, porque usar da palavra correta são advogados que recebem e recebem indevidamente honorários de sucumbência. O Ministério Público, no passado, moveu uma ação. Essa ação foi ganha em 1ª 2ª e chegou a 3ª instância. E vai lá o Procurador Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, vai lá o Chefe do Ministério Público, autor da ação, Milton Riquelme e faz um acordo lesando o Estado do Paraná, porque esses advogados tinham sido condenados a devolver esse dinheiro aos cofres do Estado, milhões de reais, provavelmente. Dinheiro para a creche, para a saúde, para repor o salário dos servidores eventualmente e o representante do Governador e o representante do povo, um do Ministério Público, outro do Governador, abrem mão dessa prerrogativa, desse dinheiro que é do povo do Paraná e fica por isso mesmo.

É isso que V. Exa. traz a esta Casa hoje e é bom dizer alto e em bom tom “nós não temos Ministério Público quando se trata de questões do Governo do Estado.” Não tivemos a discussão dos doze por cento da saúde, não temos quando há sugestões de corrupção dentro dessa esfera de poder.

Agora, contra prefeito eles são valentes! E tem que ser valente mesmo, tem que ir até o fundo. Mas, Ministério Público do Estado do Paraná é também para investigar questões estaduais. E não está acontecendo. Há um “conluio” e isso está materializado nessa ação, nesse acordo lá em Brasília na calada da noite. Tanto que o Conselho do Ministério Público já está para censurar essa ação do Dr. Milton Riquelme. Nada contra o indivíduo, mas o Ministério Público está em “xeque” neste momento no Estado do Paraná. Abriu mão de um dinheiro que é do povo do Paraná. E o Dr. Sérgio Botto de Lacerda também, que não poderia abrir mão de uma receita.

Por isso, Deputado Tadeu, o que V. Exa. traz hoje nesta Casa, não pode ficar aqui nestas quatro paredes.

Falava agora com a imprensa, o que V. Exa. fala é da maior gravidade, é um escândalo e são milhões de reais que não entram nos cofres públicos por um acordo de cúpula na calada da noite entre o Procurador Geral e o Chefe do Ministério Público!

Uma vergonha!

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Pela ordem, Sra. Presidente.

Com a permissão do nobre orador, não é aparte, é pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Pela ordem, Deputado Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Não quero entrar no mérito, acho que o Deputado André Vargas tem razão em relação à sua linha de argumentação; o Deputado Tadeu Veneri também tem mérito no que está trazendo à Assembléia, mas eu conheço o Ministério Público do Estado do Paraná, eu gostaria...

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Deputado Ângelo Vanhoni, o senhor me permite, gostaria de saber qual é a questão de ordem?

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Estou trazendo uma questão de ordem.

Gostaria de solicitar à Mesa que retirasse...

**A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Não cabe questão de ordem.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Gostaria de solicitar à Mesa que retirasse das cópias taquigráficas a expressão conluio. O Ministério Público do Paraná não faz conluio com o Governo do Estado. Se há falhas do ponto de vista de investigação, de propor denúncias, acho que elas devem ser discutidas no âmbito da instituição.

Então, gostaria de solicitar ao setor de taquigrafia que retirasse a expressão “conluio”.

**A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Está autorizada a retirada da palavra “conluio”.

**O Sr. André Vargas (PT)**

Não há a minha autorização.

Pela ordem, Sra. Presidente!

Não houve uma questão de ordem relevante!

Mais do que isso, repito, eu disse: há um acordo do Chefe do Ministério Público, do Procurador-Geral que lesou o Estado! Repito!

**O SR. TADEU VENERI**

Sra. Presidente?

**A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Dois minutos para o senhor concluir, Deputado.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Entendo como o Deputado Ângelo Vanhoni colocou, que não podemos confundir a instituição Ministério Público, pela qual temos o maior respeito, aliás, não apenas temos o maior respeito, mas me parece que é o

Ministério Público um dos maiores ganhos, uma das maiores conquistas da democracia neste País.

O Ministério Público do Paraná, fraternalmente - divirjo do meu companheiro de Bancada, André Vargas - tem feito um trabalho excelente em muitas questões. Sou testemunha do trabalho que vem sendo feito, por exemplo, nas investigações da COPEL. Sou testemunha nas investigações que vêm sendo feitas junto às questões do BANESTADO. Sou testemunha aqui de outras investigações que o Ministério Público do Paraná vem fazendo e que só trazem brio e orgulho para todos nós paranaenses.

Além disso, Sra. Presidente, é preciso que se coloque nos termos corretos, quando o Procurador-Geral do Estado entende e concorda que não deve continuar com a ação, que está no seu direito. Posso entender que houve um benefício, mas é direito, porque veja, ele havia perdido a ação, foi proposto a ele que essa ação fosse recolhida. Está correto em concordar. Não me parece que houve acordo nesse sentido. O que me parece que houve é um grande equívoco e isso vai ser decidido, inclusive agora com o mandado de segurança impetrado, com relação à solicitação de arquivamento desse processo.

Apenas para deixar claro, Sra. Presidente, pela gravidade do assunto, que não quero deixar, aqui, nenhuma dúvida, quanto à concordância de nós todos Deputados, quanto à lisura que o corpo do Ministério Público, a instituição Ministério Público, a figura que o Ministério Público tem e o respeito que tem de nós todos. Pessoas que dentro do Ministério Público possam ter cometido desvios, isso, sim, será a Justiça quem irá dizer e será a Justiça quem irá apurar e não seremos nós. A nós cabe fazer o levantamento e dentro do papel constitucional investigar.

Era isso.

Obrigada, Sra. Presidente.

**(Aplausos)**

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Considero o assunto da maior relevância, portanto, acho fundamental que tivesse dado mais um minuto ou até dez minutos.

Mas por favor, gostaria que a Mesa fosse rigorosa no cumprimento dos acordos, no que preconiza o Regimento Interno. Não é possível a continuidade do que está acontecendo. Para um Deputado corta-se um minuto; e para outro, dá-se um minuto. A Mesa tem que decidir.

Esta Deputada, hoje, entendeu e está correto, que o Presidente estabeleceu e determinou uma questão e que seja cumprido, porque senão, vou esperar ali em cima pelos minutos que tenho direito, para concluir as minhas questões. Não é possível que tenha dois Regimentos Internos. Durante uma Sessão Plenária mudar-se duas, três vezes o Regimento!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo a palavra ao professor José Lemos, representando o Fórum Estadual dos Servidores Públicos, por vinte minutos.

## ***Professor José Lemos (Representando o Fórum Estadual dos Servidores Públicos)***

O SR. JOSÉ LEMOS

Mais uma vez nós, servidores públicos estaduais, cumprimos os Deputados, a começar pelo Presidente da Assembléia, Deputado Hermas Brandão; cumprimentar as Deputadas, aqui a Deputada Elza Correia; cumprimentar os servidores da Assembléia Legislativa; cumprimentar os trabalhadores do serviço público aqui nas galerias da Assembléia Legislativa, representando o serviço público como um todo.

Estamos com treze sindicatos presentes e cada sindicato trouxe uma representação e o Paraná inteiro está aqui representado por servidores da ativa e também aposentados. Hoje não é um dia de paralisação estadual, mas é um ato público tanto para convencer o Executivo, quanto para colher o apoio dos Deputados aqui da Assembléia Legislativa às reivindicações dos servidores estaduais. Nós, servidores do Estado, também aproveitamos este momento para cumprimentar a imprensa, que sempre esteve acompanhando e fazendo a defesa do interesse público.

Hoje comemoramos quatorze anos que a Lei nº 9547/91 foi instituída e instituiu a data-base. Entretanto, a data-base não está sendo respeitada. Já faz muitos anos que a data-base, no Paraná, virou "letra morta". A lei continua em vigor; foi aprovada por unanimidade aqui nesta Casa, foi sancionada pelo Governador Álvaro Dias, que na época dirigia o Governo do Estado do Paraná. Entretanto, mesmo essa lei recebendo o amparo da Constituição Federal no artigo 37, X, da Constituição do Estado do Paraná no artigo 27, da Lei de Responsabilidade Fiscal, lá no artigo 71 da Lei Complementar nº 101 também garante a data-base.

Todos os anos peregrinamos no Palácio Iguaçu, buscando a reposição salarial na data-base. O Governo sempre alegou que não estava no Orçamento. Tivemos o cuidado, no final do ano passado, aqui nesta Casa, com vários servidores, fizemos audiências públicas e nas duas audiências apresentamos duas emendas ao Orçamento; ambas foram acolhidas por unanimidade por este Parlamento, portanto, com o apoio de 54 Deputados estaduais e o Governador Roberto Requião vetou, tanto o artigo 17, que repõe a data-base, conforme a Constituição determina, quanto ao artigo 27 é muito importante, porque dá destino para uma receita orçamentária que não tem previsão, porque o Governo trouxe uma peça orçamentária para a Assembléia, foi aprovada e ele destinou recursos para todos os gastos que o Estado tinha e esqueceu dos servidores públicos.

Nós, servidores estaduais, não deixamos esquecido. Estivemos aqui e por isso foi escrito o artigo 27 na Lei nº 14.600, que diz que o que arrecadar a mais do que o Governo fez previsão, para aquele dinheiro que ele não tem destino, deve ser destinado à reposição salarial dos servidores estaduais, que há muito tempo estão necessitando dessa reposição. E é por isso que estamos aqui, mais uma vez, para solicitar especial atenção de todos os Deputados para manter aquele voto, rejeitando o veto, até em sinal de coerência ao voto dado aqui em dezembro, que foi um voto a favor dessas emendas.

Portanto, não queremos prejudicar o Estado. Queremos, na verdade, repor aqui alguns dados.

Deputado Hermas Brandão, a Secretaria da Fazenda tem cometido alguns equívocos e colocado a Assembléia Legislativa e o Governo, muitas vezes, em choque aqui com os servidores públicos. Um equívoco brutal, por exemplo, foi afirmar que a educação do Paraná, no ano passado, recebeu investimento de 34,94%, quando na verdade o investimento foi de 26,42%, incluindo a educação básica e o ensino superior.

Vejam, na educação básica o ano de 204 recebeu a menor receita, 19,85%. Isto é um absurdo! São informações falsas da Secretaria da Fazenda que, aliás, enganou os Deputados estaduais com este documento entregue na Assembléia Legislativa que na página cinco afirma que o governo do Paraná destinou 34,94% para a educação no ano passado, quando na verdade a APP contestou esses dados, juntamente com o DIEESE e com apoio da Secretaria do Tesouro Nacional a conta foi refeita. Hoje, se você entrar no site da Secretaria da Fazenda vai encontrar esse documento que é 26,91%. E na educação básica o governo refaz o cálculo, que antes era 26%, agora 20,22%.

Ora, mesmo que seja 20,22%, o cálculo que o governo apresenta para a educação básica, é a melhor aplicação na educação básica de toda a história do Paraná. Nunca de aplicou tão pouco na educação básica no exercício de um ano, como foi aplicado no ano passado.

Então, Deputados da base do governo, Deputados de Oposição, queremos o apoio desta Casa para que possamos corrigir, inclusive, propagandas como esta, espalhadas pelo Brasil inteiro e no Paraná, chamar a atenção dos técnicos da Fazenda que já induziram o governo do Estado a outros erros, induziram a este erro agora - além de não ter investido o mínimo necessário na educação básica, ainda ousou levar o governo a fazer propaganda, espalhar para o Brasil todo, numa intenção que não sabemos qual é a intenção da Secretaria da Fazenda, mas que trouxe um prejuízo enorme para a educação, porque todas as demais Secretarias cobraram da educação, que estava recebendo muito recurso, e isto estava equivocado e por isso não podia aplicar mais na educação e os professores, os funcionários de escola, os servidores das universidades, funcionários das universidades estão sendo relegados.

E por isso, senhores e senhoras aqui neste plenário, pedimos atenção especial: temos que chamar a atenção e a Fazenda precisa oferecer números que correspondam com a verdade, porque senão vamos entrar em conflito o tempo todo e colocando, inclusive, o próprio governo, Secretário da Educação, Secretário da Administração, Chefe da Casa Civil, o próprio Governador e os Deputados inclusive em situação vexatória, oferecendo números que não correspondem à verdade.

Portanto, estamos dizendo que a Fazenda, Deputado Nereu Moura, a Fazenda que tem oferecido dados dizendo que já está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, está oferecendo números falsos, mais uma vez. Estamos contestando esses dados, contestamos no ano passado. E no ano passado fechou com os números que a APP trouxe. Então, os números oferecidos pela Secretaria da Fazenda não são confiáveis. E portanto queremos que os Deputados rejeitem os vetos apostos pelo governo na Lei Orçamentária e faça junto conosco a fiscalização dos recursos aplicados no serviço público.

Na saúde também há equívocos e precisamos reparar isso. Estamos aqui neste dia de hoje, mais uma vez pedindo o apoio ao pessoal da ativa e aos nossos aposentados. Os nossos aposentados são os que mais sofrem, porque têm uma composição de gastos maior de que quando estavam trabalhando. E temos, por exemplo, no quadro próprio do Poder Executivo, aposentados que precisam uma reposição de mais de 100%, porque o enquadramento feito quando se instituiu o último Plano de Carreiras para o quadro próprio do Poder Executivo deixou os aposentados no início da carreira, quando eles teriam que ter sido colocados no final da carreira. Isso é um absurdo. É lamentável que um servidor receba hoje 228 reais para começar carreira e tenha que receber uma diferença para alcançar o salário mínimo. E quando o servidor se aposenta perde, por exemplo, abonos, gratificações. E é por isso que temos servidores que não podem aposentadorias, estão morrendo no trabalho, sem as mínimas condições de trabalhar, porque se for se aposentar recebe menos que o salário-mínimo. Isso é inadmissível e estamos clamando o apoio deste Parlamento, que sempre esteve ao lado dos servidores públicos, ao lado da educação e da saúde. Quero também mais uma vez agradecer o espaço aberto aos servidores públicos e dizer que os critérios usados pela Fazenda do Paraná não é usado em nenhum outro Estado da Federação, para calcular o limite de gasto com os servidores públicos. nem no Rio Grande do Sul, nem em Santa Catarina, Minas Gerais aqui documentos por exemplo de Minas Gerais que demonstram que não é assim que se faz a composição para chegar ao limite prudencial de 46,52% e o limite legal que é 49%. Porque a Fazenda coloca gastos que não são próprios. Evidente, inflando esses números nunca teremos condição de negociar melhores condições de trabalho e de salário.

Também queremos dizer que reconhecemos alguns avanços que tivemos nas negociações, em algumas cate-

gorias. Não estamos aqui para sermos inimigos do Estado. Estamos para sermos parceiros, porque somos nós servidores que temos carreira, ficamos durante toda a nossa vida laboral e depois nos aposentamos e continuamos vinculados ao Estado do Paraná. E portanto teremos o apoio de todos deste Parlamento. Também queremos receber os precatórios. Está se pagando hoje precatórios de 1999, nós precisamos zerar esse pagamento. Tem receita para isso, tem orçamento para isso. Nós, por exemplo observamos que o orçamento que veio para esta Casa foi subestimado. O orçamento terá um superávit da ordem entre 920 milhões e 1 bilhão e cem. Cálculos do DIEESE. Um cálculo que varia de 10% a 15%, um cálculo menor do que a Fazenda está estimando que é crescer a receita 14% que daria 1 bilhão e 300 milhões. Vejam, nós não estamos inventando esses números, eles existem e nós estamos com os pés no chão. Aachamos que não chega a 1 bilhão e 300 milhões, como a fazenda estima. Aachamos que vai ficar entre 920 milhões e 1 bilhão e cem. E mais uma vez entendemos que vamos acertar a estimativa apresentada pelo Fórum e pelo DIEESE.

#### O SR. TADEU VENERI (PT)

Apenas para fazer uma pergunta ao nosso convidado Professor Lemos, gostaria apenas que o senhor colocasse para a Assembléia qual é o percentual de reajustamento linear que hoje os servidores públicos estão pleiteando? Não as perdas específicas de categorias, porque sabemos que há universidades com um percentual, os professores de ensino médio com outro. Mas a quanto tempo e qual o percentual linear que hoje os servidores reivindicam e justamente por isso reivindicam a derrubada do veto.

#### O SR. JOSÉ LEMOS

A Lei 9547/91 determina a recomposição na data base, combinado com a Constituição e com a Lei de Responsabilidade Fiscal são os doze meses que antecederam a data base, calculado pelo DIEESE com os dados oficiais dá em torno de 7%. Esta é a reposição linear para aposentados e da ativa de todos os servidores do Estado do Paraná. É isso o que nós estamos solicitando. Isso daria em torno de 250 milhões por ano. Como o superávit ultrapassa um bilhão, sobraria dinheiro para recompor as outras perdas. No caso da educação nós temos perdas que chegam a 48% de anos anteriores e poderia ser discutida com a derrubada desses vetos.

Mesmo o superávit, se o governo não quiser usar o superávit, para os sete por cento, ele pode usar a previsão de 350 milhões que tem para o gasto com pessoal para este ano. Ele pode usar. Não há razão nenhum para vetar, algo que já tem, inclusive, recurso no orçamento.

#### A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Lemos, nós estivemos naquela reunião com o Caíto Quintana e depois, às três horas, haveria uma outra

reunião com a participação dos representantes do Fórum, você e também o DIEESE.

Gostaria de saber qual foi o resultado dessa reunião, porque ficou proposto pelo Caíto Quintana uma nova reunião com representantes das várias Secretarias, para ir afunilando, até se buscar uma saída para esse problema.

Você poderia relatar como foi o resultado da reunião?

#### O SR. JOSÉ LEMOS

Posso. O Secretário Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana que nos recebeu e a Deputada Elza pôde acompanhar, como sempre ela tem acompanhado os servidores públicos e nós agradecemos. O Padre Paulo também acompanhou. O que ouvimos do Secretário? Ouvimos que o nosso pleito é justo e ficou indicada uma reunião na Secretaria da Fazenda. Esta reunião está acontecendo neste momento. Há uma representação do Fórum junto com o DIEESE. O Secretário Caíto Quintana disse que iria a essa reunião também e não se esgota hoje o debate, lá na Fazenda, e que estaria marcando para os próximos dias, mais precisamente na semana que vem, uma outra reunião com vários Secretários de Estado e com outros servidores com o intuito de encontrar a saída.

Nós, servidores, estamos buscando a saída. É por isso que nós fizemos este Ato neste dia para chamar a atenção tanto do Executivo quanto do Legislativo. Em conjunto, acho que nós podemos avançar e é através do diálogo e do debate à exaustão que nós queremos avançar, queremos que os servidores tenham salários dignos e que tenham Carreira justa. Nós não estamos fazendo nenhuma ameaça.

Evidentemente que depois de várias reuniões que haveremos de ter neste mês de junho, vamos reunir as nossas categorias para avaliar a evolução das negociações. Se não tivermos avanços, não tem outra saída a não ser continuar fazendo mobilizações, e isso é tarefa dos Sindicatos. Nós vamos continuar fazendo essas mobilizações.

Nós nos colocamos sempre à disposição.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós queremos agradecer, Professor Lemos. Temos que tomar com V. Exa. a mesma posição que eu tomo com os Srs. Parlamentares.

Agradecemos a visita e V. Exa. sabe sempre que esta Assembléia estará à disposição do Sindicato para ouvir as reivindicações.

Registro a presença do Senador Ifrahin Moraes, 1º Secretário do Senado Federal que está visitando a nossa Casa de Leis. Nossa satisfação, Senador, em recebê-lo.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero fazer um comunicado a esta Casa mas antes, não poderia me furtar de prestar a minha solidariedade aos servidores públicos que visitam a

Assembléia Legislativa. É preciso dizer aos servidores que aqui nesta Casa serão sempre bem vindos e de nossa Bancada, da nossa participação, faremos todo o empenho para que o servidor público do Estado do Paraná, seja da Administração Geral do Estado, seja aquele vinculado à área da saúde, sejam aqueles vinculados às diversas áreas de atuação do poder público na sociedade paranaense. Terão de nossa parte, todo carinho, todo respeito e toda a luta para conquistar uma vida digna na nossa sociedade e no nosso Estado.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para externar também a minha solidariedade aos representantes do Fórum e reconhecer que o Governo do Estado está fazendo avanço para que esta questão seja dirimida em relação aos reajustes pretendidos pelo Fórum dos Servidores Públicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Domingo que vem será o Dia Internacional da Preservação da Mudeza Ambiental, em todo o mundo, Os ambientalistas do mundo inteiro estarão se manifestando na Europa, na Ásia, na América do Sul, e aqui no nosso país também estarão se manifestando nesse domingo. O Estado do Paraná assiste a um debate a respeito da implantação dos parques das araucárias numa região do nosso Estado.

Nesse final de semana diversas organizações não governamentais em defesa do meio ambiente estarão se manifestando em todo o território paranaense. Eu trago a esta Assembléia um apelo e uma homenagem a todos os Deputados feita por uma organização governamental de estudantes, fundada há treze anos, aqui no Estado e tem um trabalho belíssimo na nossa cidade, na região metropolitana, com a distribuição para os moradores de Curitiba e região, de árvores frutíferas. O trabalho que a FEC faz de polarização das regiões da nossa cidade, distribuindo nos sinaleiros para as pessoas que passam em seus veículos, árvores frutíferas para que sejam plantadas nas suas casas ou na frente das suas casas, nas calçadas.

Hoje, enviaram à Assembléia Legislativa uma muda de uma árvore que é tradicional do nosso Estado e é uma árvore ímpar em todo o mundo, que é a araucária, que é o pinheiro. Como nós estamos debatendo as questões da reserva das araucárias a FEC enviou para que cada Deputado e cada representante da imprensa, não tem muda para todos, mas que possa fazer um gesto na frente da sua casa, no seu quintal plantando pinheiro.

É preciso dizer que o pinheiro é uma árvore que não ofende as construções vizinhas porque a sua raiz que adentra em direção vertical para o solo. Então é possível plantar na frente das casas é possível plantar nas calçadas de cada prédio aqui na cidade de Curitiba.

Está entregue uma muda para cada membro da Comissão Executiva e duas em especial para o Sr. Presidente da Assembléia Hermas Brandão, uma para que o senhor possa corrigir um primeiro que há algum tempo já está em processo de decomposição lá na sua fazenda que eu conheço e outra para que o senhor possa plantar onde

o senhor achar mais conveniente aqui na cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu convido os Parlamentares, após a votação do veto sobre o orçamento, para que nós façamos juntos o plantio dessa muda em frente à Assembléia Legislativa, que é a Casa do Povo do Paraná.

Após a votação do Veto.

### ***Horário das Lideranças:***

Horário das Lideranças: PPS, PSDB, PMDB, Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Liderança da Oposição, eu vou falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Plauto vai falar no horário das Lideranças. PFL.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães.***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhei atentamente hoje na grande imprensa estadual a diferença de pensar, de ver, de analisar a questão relacionada à formação das unidades de conservação no Estado do Paraná.

No dia de ontem na escolinha do professor Requião, pela manhã, o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, e também Vice-Governador do nosso Estado, divergiu das posições dos técnicos do Meio Ambiente que participavam daquela reunião para anunciar a criação de unidades de conservação, em especial três delas dentro da região dos Campos Gerais. Representando o Ministério do Meio Ambiente a consultora, Sra. Tereza Urban, que nos seus pronunciamentos inflamados naquela reunião do professor Requião nós víamos ela trazendo dados e informações sobre as unidades que estão sendo criadas no Estado do Paraná.

Só que em determinado momento o Secretário da Agricultura do Estado, Orlando Pessuti, e Vice-Governador, discordou, Sr. Presidente, das informações que os representantes do Ministério do Meio Ambiente traziam de Brasília. Por quê? E aqui eu digo: Tenho falado muito sobre a preservação do pinheiro do Paraná, árvore símbolo do nosso Estado, do pinheiro araucária, e é isso que a nossa região dos Campos Gerais fez no decorrer dessas últimas décadas, e por isso existe ainda o pinheiro naquela região para ser criado lá, uma unidade de conservação.

Mas, o Secretário da Agricultura esteve na cidade de Ponta Grossa, participou de uma reunião quando

estava como Governador em exercício, e participou de uma reunião com os produtores, com os proprietários, e viu a realidade do assunto, que muitas propriedades produtivas estão dentro das delimitações dessas unidades de conservação. E no dia de ontem questionou os dados passados pelos técnicos do Meio Ambiente, o Vice-Governador do Estado do Paraná discordou das informações, foi contra a posição do próprio Governador Roberto Requião. E repito, sabe por quê? Ele esteve lá em Ponta Grossa, conversou com as famílias dos produtores, dos proprietários, viu *in loco* as famílias dos pequenos produtores que pediam ao Governo uma atenção, que pediam ao Governador em exercício, Orlando Pessuti, para que fosse buscar em Brasília uma discussão com o Ministério do Meio Ambiente, para que pudéssemos rediscutir as delimitações do parque. Todos eles se colocando na defesa do Meio Ambiente, na defesa do pinheiro araucária, mas contra a criação de um parque que 30% delas têm propriedades produtivas.

Então, quero fazer uma saudação ao Vice-Governador do Estado do Paraná, ao Secretário da Agricultura Orlando Pessuti, que esteve pessoalmente na cidade de Ponta Grossa, que teve a hombridade, teve o caráter e a humildade de ir conversar com os proprietários dessa região que estão sendo prejudicados, e voltou com a idéia diferente dos técnicos do Ministério do Meio Ambiente, com uma posição diferente da do Governador do Estado do Paraná.

Só para vocês terem uma idéia, vocês em especial que visitam nossa Casa no dia de hoje, o Ministério do Meio Ambiente diz que setenta e oito proprietários estão dentro dessas unidades de conservação. O representante do IBAMA que esteve aqui na Assembléia Legislativa, e daquela tribuna disse que eram trinta e oito proprietários, não setenta e oito, só trinta e oito, e os representantes de um movimento dos proprietários trazem um documento assinado pelos proprietários que são mais de duzentos e cinco proprietários. Quem está com a razão? Aqui eu digo, trago a vocês Deputados que colhem informações dessa senhora, Tereza Urban, consultora do Ministério do Meio Ambiente, que passou uma informação do Marino, que passou diferente daquilo que o Vice-Governador Orlando Pessuti viu na cidade de Ponta Grossa numa reunião com os proprietários.

Então é uma balela! Está prejudicando muitas pessoas. Todos são a favor da preservação do pinheiro araucária, mas são contra deixar dentro do parque áreas produtivas. Quero saber se o Governador vai levar essas famílias de pequenos produtores lá para a Chácara do Canguiri. Vão morar aonde? Num assentamento? Ou no Canguiri, na casa bonita que tem vários cavalos para o Governador fazer seus passeios. E tudo isso pago com o dinheiro público.

Deixo aqui a pergunta: está certo o Governo do Paraná apoiar o Ministério do Meio Ambiente? Está certo o Governador virar as costas para os proprietários que estão sendo prejudicados? Está certo o Governador de

não ouvir pessoalmente os produtores que vão ser prejudicados? Está certo, na minha opinião, o vice-Governador Orlando Pessuti, pois teve a humildade de ir lá pessoalmente como Governador em exercício e como Secretário da Agricultura.

Viva o pinheiro araucária! Viva os parques que vão ser criados! Mas com muita tristeza vejo a criação desses parques em áreas de agricultura, de reflorestamento e também em áreas de mineração e extração de talco, tudo isso ficou dentro desses parques que estão fazendo de uma forma ditatorial. Repito: ditatorial! Parece-me que em Brasília tem um ditador. Ditador colocando de cima para baixo sem conversar com ninguém. Uma posição irreal, porque, com certeza, Brasília não tem a realidade dos produtores que irão ser prejudicados.

Viva o pinheiro araucária!  
Muito obrigado!

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Oposição com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Inicialmente, Deputado Dobrandino, quero responder ao Governador do Paraná que ontem indiretamente fui citado na “escolinha”. Convido o Governador para fazer uma visita nas florestas de minha propriedade, porque certamente sou um dos grandes plantadores de araucária. Diferente do que ele quis divulgar na sua “escolinha”. Vou levar este aqui em respeito à araucária e a tudo que já plantei em minhas propriedades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A questão não é de discurso, mas sim de esclarecimentos.

Gostaria de merecer a atenção do professor José Lemos - Presidente da APP - Sindicato. Estamos aqui em torno de 28 Deputados. Precisamos de 28 votos NÃO para a derrubada do veto do Sr. Governador.

Consulto o representante do sindicato: se votarmos dessa maneira seremos derrotados. Ou a Oposição deverá ter uma outra articulação, que é legítima, afastar-se do plenário e aguardar uma oportunidade para que possamos reunir os 54 Deputados.

Nós da Oposição não queremos tomar esta decisão. Já consultei os deputados que fazem parte da Oposição e concordaram com a posição do Líder.

Se votarmos com este plenário seremos derrotados. O veto vai prevalecer e não estará assegurada a emenda que possibilita o governo dar a correção, o reajuste aos servidores.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

**O Sr. Durval Amaral (PFL)**

Quero cumprimentar a V. Exa. pela clareza e a forma objetiva que coloca a questão do quórum. Não adi-

anta dizer que vamos derrubar esse veto do Governador se não alcançarmos vinte e oito votos; não adianta fazer discurso, só cumprimentar os professores ou os servidores do Estado do Paraná se não tiver vinte e oito votos “não”.

Nós, Deputados de Oposição, liderados por V. Exa., estamos encaminhando um compromisso dos Deputados de Oposição, de Deputados da base independente e, também, da base do Governo, comprometendo-se a votar “não” nessa matéria e vamos encaminhar esse requerimento à Mesa. Então, vamos ver quem é quem. Vamos ver quem vota com o Governo e quem vota com os servidores do Estado do Paraná.

Mesmo com esse encaminhamento, se não alcançarmos vinte e oito votos seremos derrotados.

Então, estamos convidando para compartilhar essa responsabilidade os líderes sindicais dos servidores do Estado do Paraná. São eles que vão nos pautar: ou insistimos na votação e tentamos derrubar esse veto ou recuamos, esvaziando o plenário, procurando colocar na Ordem do Dia de segunda ou terça-feira, até porque tem muito Parlamentar preocupado, hoje, não com os servidores públicos, mas com o jogo do Atlético e, efetivamente, não podemos aceitar isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Durval, V. Exa. poderia, acompanhado de um Parlamentar da Situação, consultar...

**O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

É exatamente sobre isso que quero lhe apartear. Conversei com o Presidente da APP, o professor Lemos. Se a análise que os Deputados fazem de que não há quórum suficiente para que essa votação ocorra risco de ser aprovada, o encaminhamento que V. Exa. está apresentando é bem-vindo por parte dos servidores públicos do Estado. O veto fica em aberto e fica para ser discutido em uma próxima Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu agradeço que já conversou com o Lemos. Então, é importante que fique claro aos servidores que estão aqui que, a partir deste momento, os deputados que querem contribuir para derrubada do veto se afastam do plenário e não dá quórum já que este é muito pequeno para derrubada do veto.

É importante dizer que ouvi pronunciamentos de toda espécie, dizendo que estiveram com o Governador, estiveram com os Secretários defendendo os servidores, mas é importante frisar o que o Deputado Tadeu Veneri falou, daquela tribuna, que essa emenda no orçamento foi fruto de uma negociação e foi votada por todos os Srs. Deputados favoráveis, não houve voto contrário.

Agora, o Governador manifestou-se, o Governador vetou a emenda que possibilitava o aumento aos servido-

res, agora é que nós vamos saber da posição dos Deputados governistas, se eles vão manter a sua posição que foi na votação do orçamento ou vão mudar o seu voto, porque se mantido o voto do orçamento, certamente vamos derrubar o veto e manter a emenda; se nós não mantivermos o voto, certamente vamos ter os votos dos Deputados de Oposição e independentes e, novamente, os servidores poderão sofrer uma decepção.

**O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Apenas quero deixar claro que, como foi um acordo feito anteriormente, eu consultei os Deputados da Base do PT e se votarmos o veto, o Partido dos Trabalhadores vai votar contra o veto, como nós fizemos quando votamos a favor do projeto.

Então, nos posicionamento contra o veto.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Estou vendo o Líder do Governo em pé. V. Exa. deseja um aparte?

De repente, V. Exa. clareia essa situação para os servidores.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Eu apenas quero dizer a V. Exa. Sr. Presidente, que o nobre Líder da Oposição está correto e o Regimento faculta essas manobras e nós não ignoramos isso. O que acontece é que V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, está fazendo um pré-julgamento do voto, porque o voto é secreto. Então, imagino que não dá para concordar nesse sentido, no mais V. Exa. pode fazer, dentro do Regimento, a manobra que achar necessária.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Não, Deputado Dobrandino, tenho um profundo respeito por V. Exa, mas se V. Exa, pela credibilidade que tem nesta Casa, não estou fazendo pré-julgamento. Se V. Exa. der um encaminhamento dizendo à sua Bancada, V. Exa. tem o comando da Bancada de 35 Deputados. Se V. Exa. der um encaminhamento dizendo que os Deputados digam “não” ao veto do Governador, nós votamos esta matéria hoje e derrubamos o veto.

Depende também da sua posição. Se V. Exa. puder tornar pública a sua posição, os seus comandados irão respeitá-lo. E nós estaremos aqui para derrubar o veto. Se V. Exa. não puder antecipar é um direito regimental de V. Exa, nós vamos passar a obstruir a votação senão sere-mos derrotados porque não há os 54 Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está esgotado o tempo de V. Exa. Tem o horário agora da Liderança do Governo.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

O Deputado Rossoni faz uma questão de ordem de esvaziamento por falta de...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Ele estava usando o horário da Liderança da Oposição.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

A pergunta que faço a V. Exa, Sr. Presidente, pela questão de ordem, é se o restante da pauta ficaria também prejudicada se houvesse o esvaziamento do plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sem dúvida nenhuma porque o veto conforme o Regimento Interno da Casa, não pode ser retirado quando está na pauta. Para não ser votado só se realmente não houver número suficiente. Nós temos agora mais de 37 Parlamentares no plenário.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Muito importante a sua observação e eu agradeço.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, conversei juntamente com a Deputada Elza, com o professor Lemos. Ele também entende que estrategicamente neste momento esta manobra da Oposição e também de alguns Deputados da Base do Governo ela é interessante. De esvaziamento da Sessão evitando-se o risco de perdemos uma votação por não alcançarmos 28 votos.

A questão de ordem que levanto perante V. Exa. é a seguinte: V. Exa. receberia na Mesa um requerimento subscrito por vários dos Srs. Deputados pedindo a retirada da Ordem do Dia para não prejudicar os demais itens da pauta, do veto ao orçamento do Estado?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Respondo a V. Exa.: de acordo com o Regimento da Casa não pode ser retirado. Receberia o requerimento e indeferia o requerimento de V. Exa.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL)**

Perfeitamente. Faço esta consulta para que fique claro então que não resta à Oposição e aos demais Parlamentares outra manobra a não ser esta de protelar a Sessão e efetivamente esvaziá-la ao final.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Dentro, na mesma linha que está aqui sendo debatida, quero pedir ao Líder do PT para que ele chame os seus Parlamentares que em plenário só tem três, e a Bancada é de um número expressivo. Que eles possam cha-

mar os Deputados, que tenho certeza que uma boa parte está nos gabinetes, para que possamos dar o número suficiente e necessário para que possamos derrubar este veto na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo. Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, vou usar apenas menos de um minuto da Liderança do Governo. Mas, respondendo ao Deputado Valdir Rossoni, o meu encaminhamento seria o mesmo encaminhamento que ele daria e deu quando ele era Líder do Governo anterior. Questões como esta esteve muitas vezes nesta Casa e o Deputado Valdir Rossoni deu encaminhamento conforme orientação do Governo.

É claro que ele sabe. Apenas para responder que o mesmo que eles sempre deram, na época em que éramos minoria na Oposição e era o “rolo compressor” do Governo fazendo prevalecer, aquilo que é de interesse do Governo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Ouvi a explicação do Deputado Dobrandino, quando disse que vai dar a mesma posição, aqui, hoje. É por isso que estou falando, Deputado. Como eu não era Deputado nessa época e eu não sei qual era a posição do Deputado Rossoni, não sei qual é a sua hoje. Por isso, que estou pedindo agora esse esclarecimento, para que V. Exa. esclareça-me qual é a posição que o senhor vai dar à sua Bancada hoje, com relação a esse veto. Porque como eu não era Deputado naquela época, no outro Governo, não sei exatamente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para encaminhar**)

A orientação é votar em bloco e o voto é secreto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Isso está no Regimento. Queremos saber a sua posição pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. não pode forçar que o Deputado Dobrandino responda a sua pergunta.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Não existe questão de ordem a ser discutida.

## Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

## Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita e apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita e apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita e apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1643, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 02 de junho (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1641, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a votação em bloco dos itens 1, 2 e 3 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Conforme requerimento aprovado será feita a chamada dos Srs. Deputados, para a votação em bloco.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Para encaminhar a votação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deixe-me anunciar primeiro, nobre Deputado:

- Item 01: veto apostado ao Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura;

- Item 02: veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 351/2004, de autoria do Poder Executivo;

- Item 03: veto apostado ao Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do ex-Deputado Luciano Ducci.

## Discussão Única (Proposições)

### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 09/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003 (créditos do ICMS). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 321/2003

Curitiba, 12 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 367/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 669/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003, a fim de adotar novas datas para quitação de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pelo titular daquela Pasta que, considerando a medida contrária ao interesse público, argumenta:

“A Lei nº 14.156/2003 trata do incentivo à regularização de créditos tributários pendentes relativos ao ICMS. O Projeto de Lei nº 669/2003, de acordo com seu artigo 1º altera o parágrafo 2º, alínea “d” do parágrafo 3º do artigo 1º, o *caput* do artigo 5º e o artigo 9º e seu parágrafo único.

As alterações propostas por referido projeto de lei tratam basicamente da prorrogação dos prazos de 28 de outubro para 19 de dezembro para: pagamento integral; pagamento da primeira parcela no caso de parcelamento dos débitos, para reconhecimento de infração. Ainda amplia o prazo de lançamento dos créditos tributários de ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, para 31 de outubro de 2003.

A ampliação do prazo de pagamento para o dia 19 de dezembro de 2003 ficaria inviabilizada, tendo em vista que no dia 19 de dezembro será comemorado o Dia da Emancipação Política do Paraná, assim, bancos e repartições da Coordenação da Receita do Estado estarão fechados, impossibilitando os recolhimentos e os procedimentos técnicos que tenham de ser realizados internamente durante o dia 19 de dezembro.

A ampliação dos benefícios para créditos tributários lançados até 31/10/2003, nos casos de parcelamento em até 48 vezes, implica em dificuldades operacionais, principalmente face à impossibilidade técnica de concessão de mais de um Termo de Acordo de Parcelamento, com os mesmos benefícios, para um mesmo contribuinte. Certamente os contribuintes que já celebraram um Termo de Acordo de Parcelamento com os benefícios da Lei 14.156/2003 irão novamente até as Agências de Rendas, buscando parcelar aqueles créditos lançados posteriormente ao dia 31 de agosto, o que, operacionalmente, não seria possível.

Face ao exposto, sugerimos que o Projeto de Lei nº 669/2003 seja vetado.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 669/2003 encontra-se publicado no DA nº 093/2003, de 10/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº009/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, objeto de veto do Governador, dispõe sobre a alteração da Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003 (créditos do ICMS).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 07/2005, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 351/2004, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2005. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 239/2004

Curitiba, 27 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 377/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 351/2004, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva estimar a receita e fixar a despesa estadual para o exercício financeiro de 2005, compreendendo o orçamento fiscal e próprio da administração indireta e orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista, tendo os vetos parciais apostados incididos sobre os artigos 17, 18, 27, 29 e 30.

Razões de veto ao artigo 17:

“A inclusão de artigo com o seguinte teor: ‘Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 35, parágrafo 3º da Lei nº 14.468, de 21 de junho de 2004, a

conceder aos servidores do Estado do Paraná, ativos, aposentados e pensionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 37, X, da Constituição Federal, por ocasião da data base estabelecida pelas leis nºs 13.666/2002 e 9547/2001, reajuste salarial, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos últimos doze meses que antecedem a data base'.

COMENTÁRIO. Este artigo está definindo um índice de reajuste salarial, no mínimo em percentual equivalente ao INPC/IBGE acumulado nos últimos 12 meses que antecedem a data base.

A definição de tal índice pode conflitar com as disponibilidades de receitas do Tesouro Estadual.

Entendemos que tal matéria já é prevista na Constituição Federal em seu artigo 37, inciso X, bem como ao artigo 35 da LDO para 2005 (Lei Estadual nº 14.468, de 21/07/2004), desde que respeitando o limite de disponibilidade financeira do Estado."

Razões do veto ao artigo 18:

"A inclusão de artigo com o seguinte teor: 'O Poder Executivo deverá alterar o Anexo VI, desta lei, a fim de incluir na base de cálculo dos limites apurados para os Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, as Receitas arrecadadas sob o título de Transferência Financeira - LC nº 87/96, código 1721.09.01, preservando-se os percentuais estabelecidos no artigo 6º da Lei nº 14.468, de 21 de junho de 2004.'

COMENTÁRIO. A Receita indicada no artigo 18, de código 1721.09.01 - Transferência Financeira - LC nº 87/96 é uma receita de Transferência da União e por esse motivo é excluída da base de cálculo para determinação dos limites para os outros Poderes é para o Ministério Público, conforme artigo 6º da Lei Estadual nº 14.468 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005).

O valor previsto para 2005 da referida receita é de R\$257.105.280,00 e com a alteração da base de cálculo pretendida o Poder Executivo perderia R\$43.965.003,00, referente aos 17,1% de vinculação aos outros Poderes, aplicado sobre esta receita.

Observa-se que a Lei nº 14.468 foi expedida em 21 de julho de 2004.

Atualmente o Poder Executivo assume as despesas com pensionistas dos outros Poderes e do Ministério Público, estimadas para 2005 em R\$92.000.000,00, e caso seja acatado o proposto pelo referido artigo, deveria o Poder Executivo ser desonerado de tais encargos, passando estas despesas para os seus órgãos de origem."

Razões de veto ao artigo 27:

"A inclusão de artigo com o seguinte teor: 'As receitas provenientes de excessos de arrecadação, ao longo da execução orçamentária de 2005, serão destinadas através da abertura de créditos adicionais, as despesas com pessoal e encargos sociais.'

COMENTÁRIO. Este artigo 27 vincula todo o excesso de arrecadação do Tesouro Estadual para um único tipo de despesa, ou seja, para pessoal e encargos sociais. Cabe lembrar que existem outras despesas pre-

vistas no orçamento, tais como despesas de manutenção, serviços da dívida, investimentos e precatórios, que ao serem previstas com seis meses antes do início da sua execução, podem estar insuficientemente dotadas e assim como os recursos para pessoal poderão necessitar de suplementação.

Esta proposta conflita com o artigo 40 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, que estabelece que são créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Existem dois tipos de créditos adicionais.:

- os que visam suplementar as dotações do orçamento;
- os que visam atender situações não previstas no orçamento.

O artigo 41 da Lei Federal nº 4320 classifica os créditos adicionais em:

- suplementares que são os destinados ao reforço de dotação orçamentária;
- especiais que são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e
- extraordinários que são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos segundo o estabelecido no artigo 167, inciso V da Constituição Federal e no artigo 43 da Lei Federal nº 4320.

Se adotado tal dispositivo poderão ser ultrapassados os limites para pessoal definidos pela Lei Complementar nº 101, em seus artigos 19 e 20.

Assim sendo, os recursos disponíveis deverão servir para atender qualquer espécie de crédito."

Razões de veto aos artigos 29 e 30:

"A autorização prevista nos citados artigos determina a utilização dos recursos de excesso de arrecadação prioritariamente para uma finalidade específica, o que conflita com as possíveis necessidades de reforço de outras dotações previstas no orçamento, tais como despesas de manutenção, serviços da dívida, investimentos e precatórios, que ao serem previstas com seis meses antes do início da sua execução podem estar insuficientemente dotadas e assim como os recursos para pessoal poderão necessitar de suplementação.

É importante lembrar também que pode ocorrer inexistência de excesso de arrecadação, no próximo exercício, fato que inviabilizaria a presente autorização".

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 351/2004 encontra-se publicado no DA nº 085/2004, em Mensagem nº 024/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 07/2005

P A R E C E R :

Trata-se de veto parcial ao Projeto de Lei nº 351/2004, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2005.

As razões do veto deverão ser analisadas pelas Comissões competentes, pois quanto à legalidade e constitucionalidade a Proposição nº 07/2005 satisfaz as normas estabelecidas pela Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 71, que dá ao Executivo competência para exercer o direito de veto.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

**ITEM 03**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 10/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci, que determina a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVES, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 245/2004

Curitiba, 28 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 327/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 589/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre criação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVE, em cada uma das Associações de Pais e Mestres - APM's, vinculadas aos estabelecimentos estaduais de ensino.

O projeto de lei em referência foi vetado porque a medida, tal como está posta, dificilmente ensejaria bons resultados, assim como não teria condições de boa e tranqüila exequibilidade. No enfrentamento de quaisquer dificuldades que viessem a ocorrer, caso a medida fosse acolhida, não haverá possibilidade de, com necessária segurança, atribuir-se responsabilidades por ações ou omissões.

Por outro lado, é considerada sem objetivo prático, tendo em vista sistema adotado e já posto em execução, de policiamento visando segurança nas escolas e nas proximidades das mesmas. Além desses aspectos não poderá deixar de ser lembrada a competência inerente às direto-

rias das escolas para, quando for o caso, procederem denúncias e solicitações de providências sobre tal assunto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 589/2003 encontra-se publicado no DA nº 079/2003, de 06/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO GOVERNAMENTAL Nº 010/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente veto governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa do Deputado Doutor Luciano Ducci, a qual cria, por lei, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar, denominada CIPAVE, em cada Associação de Pais e Mestres (APM's) vinculadas aos estabelecimentos estaduais de ensino, conforme redação final obtida com emenda modificativa proposta pelo Deputado Durval Amaral e aprovada nesta Comissão e posteriormente em plenária.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo, é por julgar a proposição contrária ao interesse público, uma vez que, na opinião do Governador, na prática não se atingiria os objetivos propostos, como coibir a violência nas escolas, posto que não se poderia atribuir responsabilidades por ações ou omissões. E as atribuições das mencionadas Comissões já são desempenhadas, primeiramente pelas direções das escolas, através do processamento de denúncias e solicitação de providências, depois pelo policiamento já posto em execução. Assim considera a proposta de lei como inócua.

**Voto do Relator e sua Fundamentação**

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentando no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da

conveniência ou não da ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 16 de dezembro de 2004, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 10 de janeiro de 2005. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem de mérito, entendemos que não cabe a esta Comissão opinar, mas sim a plenária diretamente analisar as justificativas do veto, sobre a conveniência e oportunidade da proposição.

### **Conclusão**

Destarte, somos de parecer favorável, no sentido de regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e opinamos pelo encaminhamento do veto para apreciação da plenária.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Em votação.

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado André Vargas.

### **O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Sr. Presidente, sou Vice-Líder do PT. O Deputado colocou a questão. Para colocar claramente são três itens do orçamento que foram vetados. Um, é esse que prevê que o excesso de arrecadação seja usado para reposição salarial. O segundo item, é o que estabelece o repasse de doze milhões desse excesso de arrecadação, para o Fundo Estadual de Cultura. O terceiro item, é o que estabelece o repasse de um milhão de reais, para a criação da Região Metropolitana de Londrina e também um milhão de reais para a Região Metropolitana de Maringá.

Todos nós sabemos qual é o debate que foi feito à época do orçamento. No orçamento não tivemos nenhuma votação, aqui. Hoje, o relator do orçamento não está aqui e o Deputado Marcos Isfer tem compromisso fora. O Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Ademir Bier, do PMDB e ambos da base do governo fizeram e propuseram a este Plenário um acordo: que votássemos por consenso a peça orçamentária encaminhada pelo governo e emendada por esses Deputados. Das duas uma: ou o acordo vale ou não vale. Nessa comissão quem fala pela comissão é o Presidente Ademir Bier, que está

lá e também fala o Deputado Marcos Isfer, ambos da base do governo.

Portanto, não devíamos ter nenhuma grande polêmica aqui. Deveríamos ter, sim, Deputados vindo aqui neste microfone dizer que vão votar NÃO, como vai votar a Bancada do PT. E por quê?

Porque, volto a dizer, foi um acordo. Acordo que tem que ser honrado e entendimento tem que ser cumprido, porque senão o Parlamento não terá sentido, porque aqui nós parliamo, combinamos e esse entendimento atende às expectativas do conjunto da sociedade do Paraná.

Portanto, independentemente, e até para que todos que aqui nos visitam sejam muito bem-vindos. É bom ver esta Casa cheia! Seria bom que o voto não fosse secreto para que alguns discursos fossem desmontados. Seria bom que cada um assumisse com coragem a sua posição. Mas, para que didaticamente possamos explicar, esta Casa tem 54 Deputados e neste momento acho que temos 37, 38, talvez até quarenta Deputados.

Se votarmos e não conseguirmos fazer 28 votos não haverá a derrubada do veto. Volto a dizer: seja lá em Brasília ou seja aqui, acordo, entendimento, combinação tem que valer. Em qualquer lugar!

Agora, o que estamos explicando? O que o Deputado Dobrandino deixou claro também?

Como Líder do Governo, ele está correto em dizer que vai manter a posição de fazer valer o voto hoje e não é problema disso. Agora, com quarenta Deputados na Casa, a chance de termos 28 votos NÃO não é muito grande.

Então, é nesse sentido que quero reafirmar. Votando hoje ou deixando para votar amanhã, nós vamos votar NÃO.

### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Elio Rusch para encaminhar.

### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

A Oposição também continua votando NÃO, Sr. Presidente.

### **O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Há alguma coisa que temos que aprender e entender na vida. Eu entendo da seguinte forma: o que é combinado antes, não custa caro depois. E o que houve no passado foi um amplo entendimento, um debate na Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Ademir Bier e os demais Deputados que integram a Comissão de Orçamento.

Foi feita uma ampla negociação em relação às emendas individuais dos Parlamentares na questão da suplementação do Orçamento, autorizando o Governo do Estado suplementar diversas dotações e também naquela emenda que agora é objeto da discussão e votação do veto aposto ao Projeto Orçamentário do exercício de 2005.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem, com a permissão do ilustre representante do PFL, Deputado Elio Rusch.

Sr. Presidente, em virtude da última contagem que fizemos, temos 37 Srs. Deputados em plenário e, em conformidade na conversa com o Deputado Tadeu Veneri, representante do PT, permanecemos aqui para votar, porque agora há quórum para a derrubada do veto.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Sr. Presidente e Srs. Deputados, continuando o nosso raciocínio: ora, os Deputados que integram a Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, foram muito responsáveis quando apresentaram essa emenda.

Ora, senhores funcionários que estão hoje aqui nas galerias da Assembléia Legislativa, não foi nenhuma emenda irresponsável! Primeiro, vamos entender o que é Orçamento, seja municipal, estadual ou até do governo federal: o Orçamento estima uma receita e fixa a despesa. Os Deputados que integram a Comissão de Orçamento e os 54 Parlamentares, Deputado Neivo Beraldin, aqui da Assembléia Legislativa, foram muito responsáveis na questão desta emenda. Vamos entender - e para vocês que estão em casa nos assistindo através do Canal 21 - o que diz esta emenda que foi aprovada no ano passado. Diz o seguinte: "se houve excesso de arrecadação". Esse excesso de arrecadação será usado para repor as perdas salariais que os funcionários não tiveram. Não foi retirado de nenhuma dotação e de nenhuma outra rubrica. Apenas, senhores funcionários do Paraná, se houve um excesso de arrecadação no Estado, será usado este dinheiro para repor as perdas salariais e ainda respeitando a Lei Camata, que não pode ultrapassar os 60%, ou seja, os 49% da Receita do Estado do Paraná.

Mas o que vemos agora? O Governo do Estado, que se diz defensor do trabalhador público, do funcionário público, veta um projeto em cima de um Orçamento que ele previu! Dá para entender isto? Ele estimou uma receita, os Deputados falaram o seguinte: se a receita for acima daquilo que o Estado previu, vamos usar esse excesso de arrecadação para repor as perdas salariais. E o governo veta exatamente esta emenda!

Com toda honestidade, não consigo entender, ou será que é mais uma dessas bravatas do Governador, que fica anunciando para a imprensa do Brasil inteiro - como acabou de dizer o Lemos, Presidente da APP - o Governo do Estado mandou para nós, está no nosso gabinete, o balanço do quadrimestre, onde diz que ele gastou com a educação 39,4%! Ele refez os cálculos e disse que não é isso, já está agora no site, conforme diz o Lemos, que é apenas 26,42%. De 39,94 para 26,42, é uma diferença muito grande! Não dá para aceitar isto!

E disse o José Lemos, Deputado Nelson Justus - e é gravíssimo o que ele falou - que o Estado não gastou 26%, Deputado Hermes Fonseca, ele disse que o Estado

gastou apenas 20,22% com o ensino fundamental, com o ensino básico. Onde é que nós estamos? Bem alguém daquilo que a lei obriga o Governador gastar 25% e se faz uma propaganda na mídia do Estado, do Brasil inteiro, que o Paraná é o Estado que mais gasta com a educação, 35%, e na verdade gastou 20,22%.

Onde é que nós estamos? Será que estes números são iguais, esses dos out-doors espalhados pelo Paraná inteiro? Será que é igual dos quatro mil quilômetros de rodovias recuperadas? Olha, quem apresenta um balanço e emenda para os Deputados do Paraná, Deputado Barbosa Neto, dizer que gastou 34,94% com a educação e depois retifica e diz que não é isto, mas são apenas 26%, e os números levantados pela APP mostra que são apenas 20%.

Dá para acreditar que um bilhão foi gasto na saúde? Dá para acreditar que se recupera quatro mil quilômetros de rodovias? E o que vamos fazer agora com o veto que está aí para ser votado? Espero, funcionários públicos, sociedade do Paraná, que os 37 Deputados que aqui estão presentes, digam um NÃO ao veto e vamos derrubá-lo em favor do Paraná, em favor do funcionalismo público e não fazer uma emenda irresponsável como muitas vezes são feitas.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A questão desse veto ao Orçamento do Estado configura-se em primeiro lugar, quebra de acordo. A Comissão de Orçamento - da qual faço parte, que é presidida pelo Deputado Ademir Bier, tem como relator o Deputado Marcos Isfer, que são efetivamente Deputados que dão sustentação política ao Governo nesta Casa - avançou, atendendo aos servidores públicos do Estado do Paraná e contemplaram no Orçamento Geral do Estado essa possibilidade de que se houvesse (uma condicionante) excesso de arrecadação, o Governo estava já previamente autorizado a suplementar o Orçamento para fazer frente às despesas com pessoal e seus encargos. Ou seja, com o aumento salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Acontece que neste Estado, quebra de palavra, quebra de compromisso, tem se tornado uma questão contumaz. Assim aconteceu com relação ao pedágio: a promessa de se acabar com ele no primeiro dia de governo não foi cumprida. A promessa de resgatar e dar aumentos salariais substanciais para todos os servidores públicos do Estado do Paraná, não foi cumprida. E tantas quantas outras promessas que foram feitas no palanque eleitoral e que se inviabilizaram, todas elas. Não adianta dizer: estamos com três anos e cinco meses de governo. Acontece que vejo alguns argumentos serem colocados, Deputado Elio Rusch.

Primeiro essa disposição contida na Lei Orçamentária fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, led o engano. Pura tentativa de enganar. O Governo do Estado quando veta uma matéria, tem duas possibilidades jurídicas para fazer o veto: a primeira delas é com relação à questão constitucional. Ele não vetou por inconstitucionalidade essa emenda que foi colocada no Orçamento atendendo aos interesses dos servidores públicos. E ele também não menciona nas razões do veto a Lei da Responsabilidade Fiscal. Até porque todos nós sabemos, nobres Deputados, que a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, sobrepoem-se obviamente à Lei Orçamentária. Quando nós Legisladores autorizamos em havendo excesso de arrecadação o Governo a suplementar o Orçamento para pagar o aumento salarial, nós estamos - e isto não precisa estar escrito - colocando uma condicionante óbvia e necessária de que esse aumento salarial, se houvesse excesso de arrecadação, não poderia se confrontar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Tanto é que o Governo não vetou por inconstitucionalidade e nem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Colocou as razões de veto em cima do interesse público.

Ora, se para esse Governo não é de interesse público pagar dignamente os servidores públicos, os professores, os policiais militares, o quadro geral do Estado do Paraná... Ele vira as costas para o servidor e certamente o interesse público que ele defende não é o mesmo interesse público que nós, Deputados da Oposição, Deputados que estamos aqui combativos na Assembléia estamos defendendo. O encaminhamento dos Deputados da Oposição, dos Deputados do Bloco Independente, com vários Deputados do PT, com vários Deputados do PMDB e que todos nós venhamos a votar NÃO. Não. Porque essa é a maneira de nos colocarmos a serviço do servidor público do Estado do Paraná, defendendo o interesse do servidor.

Então é esse o encaminhamento: NÃO para o veto do Governador. E efetivamente esperamos a vitória.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo e uma consideração. Eu sei da situação tanto do Líder do Governo como dos Deputados que ainda que tenham a intenção de votar contrariamente ao veto mas se sentem na obrigação de votar com o Líder do Governo.

A ponderação que eu faço, Sr. Presidente, é que nós estamos praticamente na metade do ano. Nós temos meio ano de Execução Orçamentária. Temos hoje, neste momento, uma negociação em curso entre o fórum de servidores e o Governo do Estado.

Então, o que nós estamos solicitando? Que nós possamos derrubar o veto até para que nós possamos abrir esse espaço de negociação. Nós sabemos que o orçamento é autorizatório. O orçamento não impõe. Então, é preciso que a gente abra um espaço para negociação através de um gesto de boa vontade desta Casa para que não cheguemos a um impasse e que não criemos uma

situação, Deputado Dobrandino e eu sei da sua intenção de chegarmos a um melhor ponto aqui, mas que não crie-se uma situação onde aquilo que se acorda para o próximo orçamento não vale para o ano que vem.

Se nós tivemos, no ano passado, um acordo feito, se nós temos hoje uma arrecadação que pode e comporta aquilo que nós entendemos ser necessário, que nós pelo menos possamos fazer o reajuste linear conforme o que está sendo pedido. Ontem nós tivemos uma audiência pública com os aposentados e a situação mais dramática hoje é a dos aposentados.

Não adianta ficarmos aqui votando o orçamento, com recursos e depois vem o veto e nós não derrubamos. Nós fazemos um apelo para que possamos derrubar o veto e abrir as negociações definitivamente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação.

Será feita a chamada dos Srs. Deputados para votação.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

A Liderança da Oposição pede o voto "Não".

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)**

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação)**

Quarenta e um votantes, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Votaram quarenta e um Srs. Deputados.

Convido o Deputado Scarpellini, Deputado Ademir Bier, Deputado Ratinho Júnior para serem os escrutinadores.

Mas antes, em nome de toda a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quero cumprimentar os jornalistas que cobrem esta Casa e todos os jornalistas que cobrem o nosso Estado, hoje é comemorado o Dia da Imprensa. Os nossos cumprimentos.

Uma salva de palmas aos nossos jornalistas!

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de justificar duas ausências de dois Deputados do Partido dos Trabalhadores: a Deputada Luciana Rafagnin, que está em missão oficial com o Presidente da Comissão da Agricultura da Europa e o Deputado Pedro Ivo Ilkiv que tem hoje uma audiência pública da PETROBRAS em São Mateus do Sul, em relação à indenização daqueles que foram desapropriados pela PETROBRAS.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Votaram 41 Deputados. Nulo um voto. Pela derrubada do veto, 17 votos. Pela manutenção do veto 23 votos. **Estão mantidos os vetos.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

É importante ressaltar que a Oposição estava com a razão. Alertávamos que se votássemos com esse quórum perderíamos a votação. Que fique registrado o alerta feito pela Oposição.

Muito obrigado!

### ***Redação Final***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que institui, no Estado do Paraná, o Dia Estadual dos Desbravadores. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05.04.2005).**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a criação das Pousadas de Maria e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de Plenário, em nº de 02. A de nº 1, de autoria do Deputado Delegado Bradock, devidamente apoiada.

A de nº 02, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### **EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 183/2005**

Acrescente-se dois artigos ao Projeto de Lei nº 183/2005, que dispõe sobre o imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que estipula, a saber:

Art. 3º Todos os proprietários de veículos escolares, beneficiados por esta lei, serão obrigados a fornecer aos seus clientes desconto de 10% (dez por cento), com reajuste somente uma vez por ano, com base na inflação anual anunciada pelo governo.

“§ 1º Todos os veículos deverão estar registrados no órgão competente para as devidas fiscalizações.

§ 2º Deverá constar escrito na lataria dos veículos:

I - Exclusivo para transporte de alunos;

II - O telefone para reclamações;

III - O desconto de 10%;

Art. 4º Os candidatos a esse tipo de benefício somente poderão adquirir um veículo, não podendo ter nenhum outro da mesma categoria em seu nome,

Parágrafo Único. Somente poderá ocorrer nova aquisição após carência de três anos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Cida Borghetti, Reni Pereira e Antonio Anibelli.

#### **EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02**

Inclua-se ao artigo 4º o parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Os veículos adquiridos nos termos desta lei não poderão ser comercializados pelo prazo de três anos a contar da data em que foram comprados, sob pena de cassação imediata do benefício fiscal e recolhimento integral do imposto isento.”

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) TADEU VENEREI

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Padre Paulo Campos, Arlete Caramês e Reni Pereira.

JUSTIFICATIVA:

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503, de 23.09.1997), prescreve em seu artigo 139 que compete aos municípios regulamentar o transporte escolar. Nesse diapasão, o artigo 17 da Lei nº 11.328 de 30.12.2004 (Município de Curitiba, v.g.), estabelece a vida útil máxima dos veículos empregados nos serviços de transporte escolar em 10 (dez) anos para as camionetas e 15 (quinze) anos para os ônibus.

Destarte, no intuito de coibir manobras de evasão fiscal, entendemos que a previsão legal de um prazo quinquenal para que os veículos utilizados nos serviços de transporte escolar sejam comercializados é essencial para a preservação da vontade do legislador, no que a presente Emenda abebera-se nos tempos de vida útil previstos na Legislação da Capital deste Estado.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Yomei Sasaki. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **1ª Discussão**

### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2001, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatório à apresentação de Passivo Ambiental pelas empresas que necessitam de licença ambiental conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado.** (Publi.no DA nº 081/2001, de 12.06.2001).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 238/2001

##### **P A R E C E R :**

O plano de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade tornar obrigatório a apresentação do passivo ambiental pelas empresas que necessitam de licença ambiental.

O presente projeto foi elaborado de acordo com as normas de técnicas legislativa usuais deste Poder.

Na esfera da constitucionalidade que cabe a esta douta Comissão de Constituição e Justiça analisar, não encontramos qualquer vício que possa impedir sua normal tramitação, pelo contrário, vem ratificar o que preceitua o artigo 207, parágrafo 2º, inciso VII da Constituição Estadual.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 238/2001

##### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 238/2001, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, torna obrigatória a apresentação de passivo ambiental, pelas empresas que necessitam de licença ambiental.

Por considerar que a iniciativa em muito contribuirá a preservação e recuperação do meio ambiente e, à luz do exemplo citado pelo autor na justificativa do projeto, somos de parecer favorável e opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.09.2001

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

### **Requerimentos:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1635, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1640, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, com apoioamento dos

Deputados Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Ademir Bier e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1642, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1644, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1645, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1646, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1647, 1648 e 1653, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1649 e 1650, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1651, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/2004

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2004

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 018 e 019/2005.

Levanta-se a Sessão.

### **053ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2005**

(quarta-feira)

## ***Mesa Executiva:***

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos e Reni Pereira.

## ***Presenças:***

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (42). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica e Renato Gaúcho (09). Achando-se em viagem representativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados Rafael Greca e Waldir Leite (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

## ***Abertura da Sessão Ordinária:***

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Requerimento***

REQUERIMENTO Nº 1652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 01.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

Apoiamento:

Cida Borghetti

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 42 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Requerimento nº 1652, de autoria do Deputado Barbosa Neto, com apoio da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

**Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O projeto de nossa autoria, foi aprovado em 1ª Discussão - Item 08. Indago a V. Exa. se está na Sessão?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não está. Está na Sessão de segunda-feira, nobre Deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Qual a razão dele não estar na Sessão de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A razão é a seguinte: quem faz a pauta é o Presidente e ele não incluiu o projeto de V. Exa. na Sessão agora, que foi antecipada, porque não foi incluído nenhum projeto que foi votado na Sessão anterior. Estarão na Sessão de segunda-feira.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Todos que foram na Sessão?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Todos. Não é discriminação contra V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Já valeu a pena essa explicação. Agora, evidentemente, Sr. Presidente, o nosso grande objetivo que fosse votado hoje era exatamente em homenagem à Semana do Meio Ambiente.

Mas, voltaremos na segunda, não haverá nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Voltaremos normalmente, nobre Deputado.

## Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### Discussão Única (Indicações)

#### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 019/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que solicita ao Sr. Governador do Estado do Paraná, o envio de mensagem a esta Assembléia, de acordo com o anteprojeto de lei. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2005, de 16.05.2005)**

#### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 018/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que solicita ao Poder Executivo envio de mensagem dispondo sobre a criação da Secretaria Estadual Antidrogas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2005, de 16.05.2005)**

### 2ª Discussão

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que determina o povoamento, com a distribuição de alevinos nos rios que cortam o território paranaense, durante o período de proibição da pesca. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Vamos votar o Substituto Geral da Comissão de Constituição e Justiça. Em votação o Substituto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Existe uma Emenda da Comissão de Finanças. Em votação a Emenda da Comissão de Finanças.

**Aprovada.**

Em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

### Discussão Única (Proposição)

#### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/2004, veto aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o Agente Público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável, e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 024/2004.

Curitiba, 09.02.2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 335/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a Procuradoria Geral do Estado deverá promover, no prazo de 90 (noventa) dias do respectivo trânsito em julgado, propositura de ação regressiva contra agentes públicos que por dolo ou culpa, deram causa à condenação da Administração Pública, Direta ou Indireta, conforme especifica.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em referência, decorre do fato de que a matéria, pela forma como está posta, deixa de atender aos superiores interesses públicos, não só em face de primas de inconstitucionalidade que apresenta, como também porque, por sua natureza, demanda estudos e reflexões mais aprofundados, assertiva essa que é confirmada pelo adiante transcrito pronunciamento do Sr. Procurador Geral do Estado:

*Ressalto, outrossim, que a matéria tratada no presente projeto de lei complementar está sendo objeto de estudo em outro projeto de lei complementar, cuja mensagem será enviada oportunamente pelo Sr. Governador do Estado à Assembléia Legislativa.*

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei Complementar nº 404/2003 encontra-se publicado no DA nº 094/2003, de 11.11.2003, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 033/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, objeto de veto do Governador, estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto aposto dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Padre Paulo, a chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)  
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Votaram dezenove Deputados.  
Está suspensa a votação por falta de número.  
Peço para incinerar os votos.  
Esta matéria voltará à pauta na próxima Sessão.

Convido a todos os Parlamentares, junto ao Deputado Ângelo Vanhoni, para nos dirigirmos à frente da Assembléia Legislativa, para plantarmos uma araucária, em homenagem à Semana do Meio Ambiente.

O SR. ELTON CARLOS WELTER  
Questão de Ordem, Sr. Presidente?  
(**Assentimento**)  
Quero registrar a ausência dos Deputados Natálio Stica e do Pedro Ivo, que estão em Araucária, em uma reunião com a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Fica registrado.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 089, 131, 184, 227 e 284/2005.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atas de Comissões***

##### ***Comissão de Redação***

###### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o seguinte: Projetos de Lei nºs 333/2004, 477/2004 e 011/2005, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

###### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o seguinte: Projeto de Lei nº 265/2005, o qual foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

##### ***Comissão de Ecologia e Meio Ambiente***

###### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e

cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões da Comissão de Ecologia e Meio ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Francisco Bühler, com as presenças dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Cida Borghetti e José Domingos Scarpellini, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na seqüência, o Deputado Francisco Bühler, Presidente da Comissão, submeteu à votação o Projeto de Lei nº 212/2005, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Miltinho Pupio, que altera a Lei nº 11054, de 14.01.1995, alterada pela Lei

nº 14582, de 28.12.2004 - Lei Florestal. Relatora Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Lúcia Alge de Mello, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
Ana Lúcia Alge de Mello - Secretária

|||||